



**Universidade Estadual Da Paraíba  
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas  
Campus VII – Patos/Paraíba  
Curso de Bacharelado em Administração**

**RONYELSOM DOS SANTOS MARTINS**

**GESTÃO RURAL NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS DE ORGANIZAÇÕES  
COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

**PATOS - PB  
2022**

**RONYELSOM DOS SANTOS MARTINS**

**GESTÃO RURAL NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS DE ORGANIZAÇÕES  
COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)  
apresentada ao Curso de Bacharelado em  
Administração da Universidade Estadual da  
Paraíba – Campus VII, como requisito para  
obtenção do Grau de Bacharel em  
Administração.

**Orientador:** Dr<sup>a</sup> Aretuza Candeia de Melo

**PATOS-PB  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M386g Martins, Ronyelson dos Santos.  
Gestão rural na perspectiva das lideranças de organizações comunitárias no município de Patos-PB [manuscrito] / Ronyelson dos Santos Martins. - 2022.  
49 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Gestão Pública. 2. Políticas públicas. 3. Comunidades rurais. 4. Organizações comunitárias. I. Título

21. ed. CDD 351

**RONYELSOM DOS SANTOS MARTINS**

**GESTÃO RURAL NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS DE ORGANIZAÇÕES  
COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

Aprovada em: 24/05/2022

**BANCA EXAMINADORA**

*Aretuza Candeia de Melo*

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Aretuza Candeia de Melo (UEPB)  
Orientadora

*Lucas Andrade de Moraes*

---

Prof. Dr. Lucas Andrade de Moraes  
1º Examinador

*Cynthia Moura Frade*

---

Prof<sup>a</sup> MsC. Cinthia Moura Frade  
2º Examinador

Porque, aquele que pede, recebe; e, o que busca, encontra; e, ao que bate, abrir-se-lhe-á.

Jesus Cristo, 30.

Dedico esse trabalho aos meus pais, que me incentivaram de forma simples e cheia de amor. Vocês me inspiraram a ser quem eu sou.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a *Deus*, que em sua infinita bondade me concedeu a graça de ter saúde, disposição e inteligência para chegar à conclusão dessa árdua jornada, e a *Nossa Senhora Rainha do Céu* e da terra pela intercessão de Mãe.

Aos meus pais *Romero* e *Valdete* pela dedicação em me educar e me conduzir pelo caminho do estudo e da disciplina, sem a educação que vocês me deram eu jamais teria chegado tão longe, posso afirmar como Santa Terezinha: “O Bom Deus deu-me um pai e uma mãe mais dignos do céu do que da terra!”.

A minha irmã *Raylma* pela paciência com as minhas irritações e colaboração ao fazer silêncio nos meus momentos de estudo.

A minha orientadora, *Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aretuza Candeia de Melo* por todo o apoio e dedicação sempre se fazendo presente e ajudando com muita paciência e rapidez sempre que eu a buscava.

Aos *meus amigos e colegas de classe* pela ajuda, pelo companheirismo nos seminários, trabalhos e projetos de pesquisa e extensão. Dentre os quais quero destacar *Thays* e *Jamily*, que se tornaram como irmãs, vocês fizeram com que esses anos de dedicação e esforço se tornassem mais leve e frutuoso.

A *Universidade Estadual da Paraíba* que forneceu estudo de qualidade e gratuito, onde tive a oportunidade de usufruir de tudo o que o ensino superior pode proporcionar. Também a todos os profissionais que compõem a instituição, dentre os quais quero destacar o Prof. Dr. Lucas Andrade de Moraes que fez muito mais do que as obrigações corriqueiras de um professor.

A todos os que me ajudaram no trabalho de campo, *agricultores* e *colegas de trabalho* que me orientaram com relação às comunidades rurais.

E a todos os que direta ou indiretamente me ajudaram; a todos os que irão se reconhecer nessas palavras, obrigado por me ajudarem a concluir a fantástica aventura que foi a Graduação em Administração.

MARTINS, R. S. GESTÃO RURAL NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. **Monografia de Graduação**. Curso de Bacharelado em Administração. Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba. Campus VII. Patos-PB: UEPB, 2022, 47 p.

## RESUMO

Diante do cenário de pouca produção agrícola e pecuária no Município de Patos – PB, ocasionado pelas adversidades climáticas, políticas, econômicas, sociais e culturais observou-se a necessidade de uma maior compreensão acerca dessa problemática, a qual a responsabilidade que a Gestão Pública tem sobre esse fenômeno social rural, ou seja, de comunidades rurais. A presente pesquisa teve como objetivo avaliar a percepção que os líderes comunitários (presidentes) rurais do Município de Patos têm com relação aos órgãos públicos, que prestam assistência social e técnica na zona rural, bem como, questionar quais aspectos poderiam ser melhorados para atender de maneira satisfatória a demanda de serviços e ações que os agricultores familiares necessitam em suas comunidades. A metodologia utilizada foi de caráter exploratório com método quantitativo e a técnica utilizada foi a descritiva, na qual foram aplicados questionários semiestruturados num universo de 10 respondentes. A pesquisa foi realizada no período de janeiro a fevereiro de 2022, com um questionário aplicado de maneira remota através do *Google Forms*. Esse método foi escolhido pela capacidade que o mesmo possui de medir qualitativamente o desempenho dos órgãos públicos que prestam serviço à zona rural. Nos resultados e discussão foi possível observar alguns órgãos direcionados ao sistema da agricultura familiar, como a Secretaria de Agricultura de Patos, Banco do Nordeste, EMAPER e a Defesa Agropecuária. Foi possível avaliar a uniformidade entre as respostas, pois ao analisar as respostas verificou-se a opinião dos entrevistados não divergem muito. Conclui-se que nem todos os órgãos públicos voltados para o homem do campo no Município de Patos desempenham um papel relevante, sendo que, a EMPAER ficou com a pior avaliação em todos os questionamentos e a Secretaria de Agricultura do Município com o melhor em todos os questionamentos.

Palavras chave: Comunidades. Rurais. Órgãos. Públicos. Agricultores. Familiares.



MARTINS, R. S. RURAL MANAGEMENT FROM THE PERSPECTIVE OF LEADERSHIP OF COMMUNITY ORGANIZATIONS IN THE MUNICIPALITY OF PATOS-PB. **Graduation Monograph**. Bachelor's Degree in Business Administration at the Science Center Exact and Applied Social Sciences at the State University of Paraíba. Campus VIII. Patos-PB: UEPB, 2022, 47 p.

### **ABSTRACT**

Faced with the scenario of little agricultural and livestock production in the Municipality of Patos - PB, caused by climatic, political, economic, social and cultural adversities, it was observed the need for a greater understanding of this problem, which the responsibility that Public Management has about this rural social phenomenon, that is, rural communities. The present research aimed to evaluate the perception that rural community leaders (presidents) in the Municipality of Patos have in relation to public bodies that provide social and technical assistance in the rural area, as well as question which aspects could be improved to meet satisfactorily meet the demand for services and actions that family farmers need in their communities. The methodology used was exploratory with a quantitative method and the technique used was descriptive, in which semi-structured questionnaires were applied in a universe of 10 samples. The survey was carried out from January to February 2022, with a questionnaire applied remotely through Google Forms. This method was chosen because of its ability to qualitatively measure the performance of public agencies that provide services to rural areas. In the results and discussion, it was possible to observe some bodies directed to the family farming system, such as the Secretary of Agriculture of Patos, Banco do Nordeste, EMAPER and Agricultural Defense. It was possible to evaluate the uniformity between the answers, because when analyzing the answers, it was verified that the opinion of the interviewees did not differ much. It is concluded that not all public agencies aimed at the rural man in the Municipality of Patos play a relevant role, and EMPAER had the worst evaluation in all questions and the Municipal Agriculture Department with the best in all the questions.

Keywords: Communities. Rural. Organs. Audiences. Farmers. Relatives.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>12</b>
1.1 Gestão Pública e a Administração Rural.....	12
1.2 Estratégias de Desenvolvimento Rural na Perspectiva das Políticas Públicas Agrárias.....	17
1.3 Paradigmas do Desenvolvimento Sustentável Rural.....	19
<b>2 MATERIAL E MÉTODO.....</b>	<b>22</b>
2.1 Caracterização da Área de Estudo.....	22
2.2 Procedimentos Metodológicos.....	24
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>
<b>APÊNDICE</b>	

## INTRODUÇÃO

A comunidade rural consiste de um processo de organização em meio ao espaço rural agrário e não agrário, que envolve todo o “espaço” não constituído por centros urbanos como um fenômeno histórico e social, que apresenta uma variedade de sinônimos no tempo (histórico) e no espaço (geográfico). As reflexões e ações sobre a comunidade rural consistem de uma série possibilidades de conceitos enumerados por diferentes vertentes tais como administração, organização social e política, territorialidade, interesses, valores em comum, sentimento e planejamento estratégico comunitário, desenvolvimento local entre outros.

Nas comunidades rurais que contemplam o município de Patos-PB, num total de 42, revelam a importância da assistência social e técnica ofertada aos agropecuaristas pelas organizações ou órgãos públicos, que direcionam Políticas Públicas, questão agrária e desenvolvimento para a agricultura familiar, buscando fortalecer as organizações rurais por meio do financiamento subsidiado de serviços agropecuários e não agropecuários.

No município de Patos os órgãos públicos que desenvolvem atividades diretamente com os agricultores são a Secretaria Municipal de Agricultura, a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), o Banco do Nordeste e a Defesa Agropecuária. Cabe a esses órgãos proporcionar condições adequadas para que a produção agrícola e pecuária satisfaça a demanda do mercado, bem como, garanta o sustento e melhore a qualidade de vida da população rural.

O objetivo central dessa pesquisa foi avaliar a percepção que os líderes comunitários (presidentes) rurais do Município de Patos-PB têm com relação aos órgãos públicos, que prestam assistência social e técnica na zona rural, bem como, questionar quais aspectos poderiam ser melhorados para atender de maneira satisfatória a demanda de serviços e ações que os agricultores familiares necessitam em suas comunidades.

A problemática desse é notória a importância do trabalho desempenhado pelos pequenos agricultores de Patos na manutenção da vida em sociedade, visto que, os mesmos produzem alimentos necessários no dia a dia para a própria sobrevivência além de direcionar a produção para os centros urbanos. A agricultura familiar merece ser destacada como uma das prioridades da Gestão Pública nas esferas municipal, estadual e federal, sendo alvo de políticas públicas para fomentar a produção agrícola. É necessário que os órgãos que prestam assistência técnica e social desenvolvam um olhar mais propulsor com relação à agricultura familiar, já que esses ainda não desenvolvem um trabalho satisfatório.

Este se justifica pela necessidade de se levantar material de pesquisa questionando qual a responsabilidade que os órgãos públicos possuem diante do cenário de pouca produção rural no município de Patos, pois cabe ao setor público elaborar políticas públicas de fomento a produção agrícola e pecuária. Ao questionar os gestores comunitários e lideranças rurais notou-se que a maioria dos entrevistados está satisfeita com o trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, porém, os outros órgãos, de acordo com os entrevistados ainda deixam a desejar nos aspectos levantados em questão.

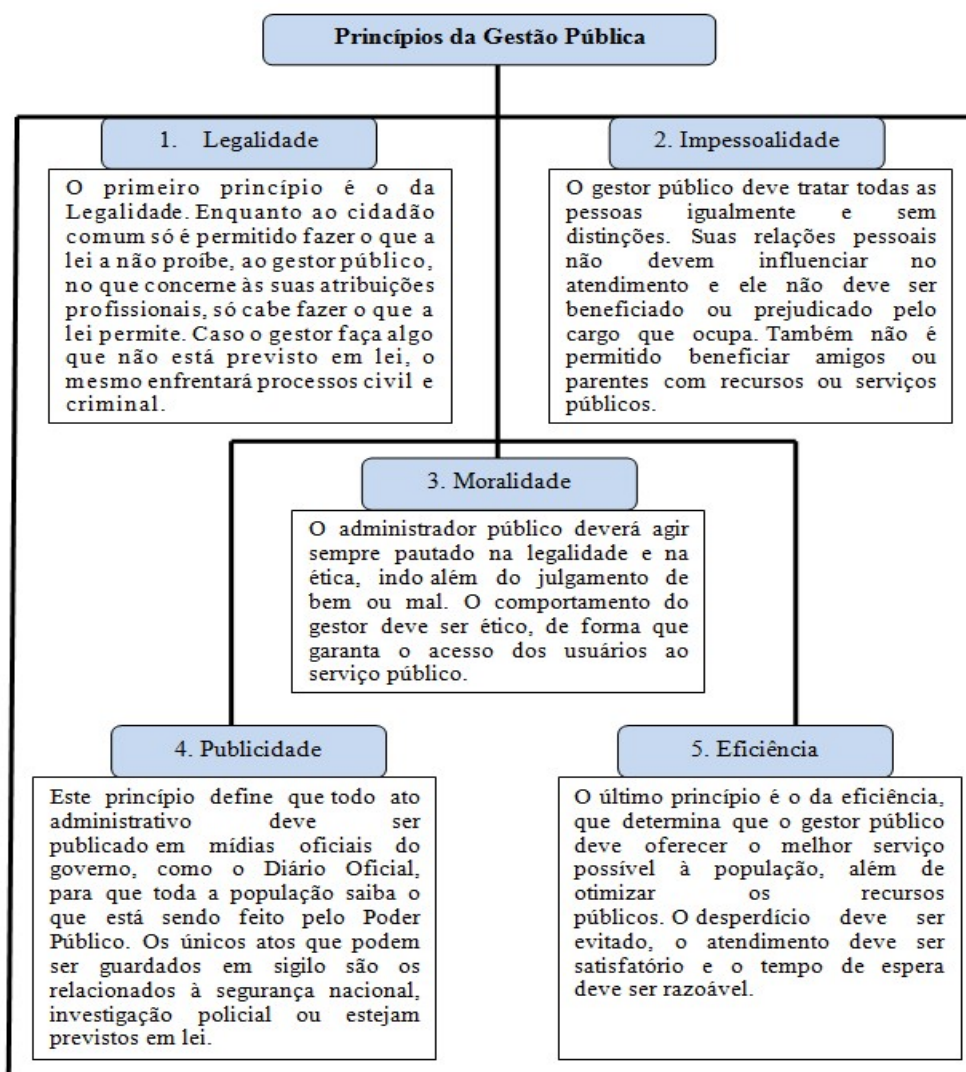
Numa comunidade rural há uma integração a ser alcançada ao nível da pequena localidade (território), sendo esta representada por uma forma de governo local (proprietários, associações e cooperativas, governo federal, estadual e/ou municipal) e pela organização de atividades desenvolvidas, em especial, sob o sistema da agricultura familiar. No entanto, é factível a relação existe entre a Gestão Pública e a Administração Rural.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 Gestão Pública e a Administração Rural

A gestão pública possui o papel de gerenciar os recursos visando beneficiar a coletividade de forma igualitária e promover o Bem do Estado Social e Econômico por meio de políticas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico, para que se desenvolva um bom trabalho de gestão. Portanto, a fim de se entender melhor deve-se ter como um segmento necessário 5 principais princípios da Gestão Pública brasileira, que são popularmente conhecidos como LIMPE, que é a sigla que reúne as iniciais de cada princípio: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, segundo o Art. 37 da Constituição Federal de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Principais Princípios da Gestão Pública - LIMPE



Fonte: Art. 37 da CFB, 1988.

Bons gestores públicos, quaisquer que sejam suas posições ou responsabilidades particulares, são homens e mulheres com competências e habilidades para organizar, motivar e dirigir as ações de outros dentro e fora do governo para a criação e realização de metas que justifiquem o uso da autoridade pública. Poucas leis e políticas públicas são autoexecutáveis e, em sua formulação, todas podem se beneficiar de uma visão e experiência gerenciais. Sob virtualmente qualquer filosofia ou regime político, então, a realização de um bom governo requer o uso responsável e competente da autoridade pública pelos administradores do governo.

Conforme Silva e Crisóstomo (2019) o governo é o agente o responsável pelas deliberações que tendem alcançar o bem comum, para isso, o mesmo se utiliza de políticas públicas, para que essas políticas sejam realizadas com êxito é necessário que haja fiscalização na gestão com o propósito de constituir uma sociedade justa. Corroborando com essa afirmativa, Martins e Ramos (2008) enunciam que o governo é um conjunto de órgãos e pessoas jurídicas que administram o patrimônio público e desempenha a função de representar o Estado e desenvolver seus trabalhos, como por exemplo, trabalhos relacionados à saúde, educação, moradia, saneamento básico, projetos rurais, programas de agronegócios, entre outros.

Gonçalves (2005) faz uma diferenciação entre governo e governança, para o autor o governo se considera como o agrupamento de funções políticas, ou seja, é o ente que desempenha as atividades, já governança, são as atividades desempenhadas pelo governo. Tendo definido gestão pública, é relevante definir o termo “gestão pública rural”, pode-se entender gestão pública rural como o conjunto de ações do governo que visam satisfazer as necessidades das pessoas que residem na zona rural, pois existem algumas demandas que são específicas da zona rural.

Quanto à questão da Administração Rural, segundo a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (s/d, p.1) diz que:

É o conjunto de atividades que facilitam aos produtores rurais a tomada de decisões ao nível de sua empresa agrícola, com o fim de obter melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra. O campo de atuação da Administração Rural está em plena expansão. Graças às tecnologias cada vez mais presentes no setor rural, surge a necessidade de contratação de um administrador especialista na área. A tarefa de administrar começa pela tomada de conhecimento de tudo que constitui uma empresa rural. Terra, pessoas, máquinas, equipamentos, instalações e benfeitorias, fornecedores, clientes e dinheiro, são exemplos de recursos que uma empresa precisa para realizar suas atividades.

Já para Hoffmann (1987, p.96), a Administração Rural é:

O ramo da Ciência Administrativa que dá acesso as suas teorias, desde a abordagem clássica de Taylor até a moderna teoria do desenvolvimento organizacional, com essa nova abordagem introduziu-se ao conceito de administração rural as áreas de finanças, comercialização, marketing e recursos humanos, sendo estas áreas tão importantes como a produção agrícola.

Ao levar em conta a Administração Rural, as principais áreas que devem ser destacadas são, história da administração rural, quadro da administração rural, governança rural eficaz, formas de implementar a administração rural e desafios da administração rural. Essas áreas geram consciência nas pessoas sobre as inúmeras estratégias e abordagens fundamentais para a Administração Rural.

Em termos de nível de desenvolvimento econômico, qualidade de vida, acesso a oportunidades, instalações e amenidades, padrões de vida e viabilidade geral, a diferença entre os padrões de vida rural e urbano que são bem abrangentes devem também ser conhecidos. Para melhorar a administração rural de uma determinada ruralidade, os indivíduos precisam se concentrar no aprimoramento de suas aptidões e habilidades, reconhecer a importância da educação, tecnologia e preservação de recursos naturais nela existente.

Para Bruna (2018), podem-se sugerir as seguintes definições sobre Administração Rural, de acordo com a Figura 2:

Figura 2 – Definições sobre Administração Rural na perspectiva de Dias e Lúcia Ramos, citado por Bruna (2018)

Autores	Definição
Dias (2008)	1- É um ramo da Ciência Administrativa que estuda os processos racionais das decisões e <b>ações administrativas</b> em organizações rurais.
	2 - É o ramo da Ciência Administrativa que se preocupa com a <b>análise</b> dos aspectos inerentes a empresa rural e suas inter-relações com o meio ambiente.
Lúcia Ramos Universidade Federal do Ceará (UFC, 2008)	3 - É o ramo da economia rural que estuda a organização e <b>administração</b> de uma empresa agrícola, visando o <b>uso mais eficiente dos recursos</b> para obter resultados compensadores e contínuos.
	4 - É o conjunto de atividades que <b>facilitam as tomadas de decisões</b> ao nível de sua empresa agrícola, com o fim de obter melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra.
	5 - É um conjunto de atividades envolvidas que se relacionam ao <b>controle e gerenciamento</b> dentro de um setor agrícola.

Fonte: Bruna (2018, p. 2)

Ainda segundo Bruna (2018, p.3) os princípios para uma boa Administração Rural são, quando bem definidas e utilizadas em uma propriedade ruralista, independe do tamanho em número de hectares. São eles:

- Saber utilizar princípios, técnicas e ferramentas administrativas;
- Utilizar alguma tecnologia facilitadora dos processos;

- Saber decidir e solucionar problemas;
- Saber lidar com pessoas: comunicar eficientemente, negociar, conduzir mudanças, obter cooperação e solucionar conflitos;
- Ter uma visão sistêmica e global da estrutura da organização;
- Ser proativo, ousado e criativo;
- Ser um bom líder;
- Gerir com responsabilidade e profissionalismo;
- Ter visão de futuro.

Concomitantemente, com base nos princípios acima, chega-se ao objetivo lançado pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO)<sup>1</sup> para identificar as políticas, estruturas e procedimentos que possam permitir que o setor agrícola, composto por empresas e pequenas famílias agrícolas, se beneficie de um melhor acesso aos serviços agropecuários. Um passo importante nessa direção é aumentar a conscientização entre governos, setor privado, agências de desenvolvimento e doadores internacionais sobre a importância de desenvolver políticas e regras de conduta apropriadas. Segundo a FAO (2019, p. 1):

Os nossos três objetivos principais são: erradicar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição; erradicar a pobreza e fomentar o progresso econômico e social para todos; bem como gerir e utilizar de forma sustentável os recursos naturais, incluindo a terra, a água, o ar, o clima e os recursos genéticos, em benefício das gerações presentes e futuras. A FAO identificou as principais áreas em que está melhor posicionada para responder às demandas colocadas pelas tendências globais no desenvolvimento agrícola e aos desafios enfrentados pelos seus Estados membros. Após uma análise minuciosa das vantagens comparativas da Organização, foram estabelecidos os objetivos estratégicos, que representam as principais áreas de trabalho em que a FAO irá concentrar os seus esforços para alcançar a sua visão e objetivos globais na área de propriedades rurais.

Nesse caso, os objetivos estratégicos da FAO (2019, p.2) são: 1. Ajudar a eliminar a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição; 2. Tornar a agricultura, a silvicultura e as pescas mais produtivas e sustentáveis; 3. Reduzir a pobreza rural; 4. Promover sistemas agrícolas e alimentares inclusivos e eficientes; 5. Aumentar a resiliência dos meios de subsistência face catástrofes.

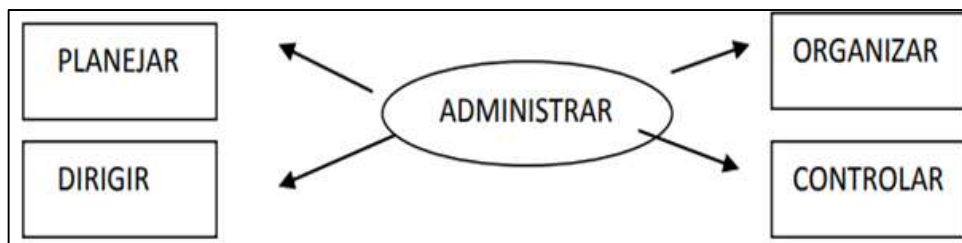
Leonéia Arruda (2016) citado por Bruna (2018, p. 4) diz que a Administração Rural envolve processos que minimizam riscos e incertezas, como demonstra a Figura 3:

Figura 3 - Processos que minimizam riscos e incertezas na Administração Rural

---

<sup>1</sup> É uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) que lidera os esforços internacionais para erradicar a fome no mundo.





Fonte: Arruda apud Bruna (2018, p.4)

Ainda de acordo com Leonéia Arruda apud Bruna (2018, p 4.)

- **O Planejamento:** estudo e avaliação da situação atual, prever acontecimentos, definir objetivos e metas, como atingi-los, e definir programas: quem vai fazer, o quê, como, quando e onde;
- **Organização:** é o processo que estabelece o trabalho a ser executado, bem como as responsabilidades pela sua realização;
- **Controle:** assegurar a realização dos objetivos, identificar a eventual necessidade de modificá-los e, ainda, executar as medidas corretivas que se fizerem necessárias;
- **Direção/Gerenciamento:** submeter o processo a todas as etapas anteriores, mobilizar o pessoal e, ainda, acionar os recursos globais, tendo em conta que todos têm o mesmo peso para a obtenção do sucesso em relação aos objetivos perseguidos pelo administrador.

Bhatia (2013), diz que a agricultura e a pecuária são consideradas as principais ocupações dos indivíduos nas propriedades rurais. Eles estão principalmente envolvidos na agricultura e práticas agrícolas para sustentar suas condições de vida. Existem diferentes categorias de agricultores, desde o tradicional (manufatureiro) ao mais moderno (tecnológico), alguns possuem grandes propriedades, alguns possuem pequenas propriedades de terra, alguns deles usam métodos modernos e inovadores, alguns usam métodos tradicionais e assim por diante.

Quando a produção sofre um retrocesso, ou há escassez de recursos, os agricultores e trabalhadores agrícolas passam a ter problemas. A diminuição das culturas alimentares, como, por exemplo, cereais grosseiros e leguminosas e o aumento das culturas comerciais, tais como frutas e vegetais, meios de melhoria da produtividade na agricultura, aumento da intensidade da colheita, ordenamento do território, utilização de técnicas agrícolas modernas e inovadoras, métodos de irrigação e assim por diante podem contribuir na melhoria das práticas agrícolas (BHATIA, 2013).

## 1.2 Estratégias de Desenvolvimento Rural na Perspectiva das Políticas Públicas Agrárias

Como já foi mencionada, a atuação do governo através de políticas públicas é imprescindível para que haja desenvolvimento econômico e social. Se é assim na sociedade de modo geral, mais evidente ainda é a necessidade da atuação do governo na zona rural, e, sobretudo, no qual predomina a agricultura de subsistência, onde a população se encontra em maior grau de vulnerabilidade social do que nos grandes centros urbanos.

Embora seja uma região que enfrenta desafios, como por exemplo, os longos períodos de estiagem, a falta de conhecimento técnico adequado para a produção, e a incidência de pragas, a zona rural da região semiárida possui historicamente papel relevante no fornecimento de produtos agrícolas para a população. Mattei (2014) afirma que a produção agrícola proveniente da agricultura familiar corresponde a 80% dos estabelecimentos com produtos agropecuários.

Uma das estratégias que o governo usa para fomentar a agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), conforme Gazolla e Schneider (2013) o PRONAF atua no financiamento das atividades agrícolas como grãos e demais produtos que são a base do trabalho na zona rural.

Outro programa do governo para impulsionar a agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelo qual os agricultores podem vender seus produtos a órgãos públicos, garantindo a demanda da produção. Sambuichi et al. (2020) diz que os investimentos realizados no PAA reduzem a situação de pobreza de famílias e satisfaz a demanda da sociedade.

Confirmando a necessidade de as comunidades rurais serem objeto de políticas públicas, Gehlen (2004) declara que quando as políticas públicas são aplicadas de forma eficiente e eficaz na zona rural, torna-se desnecessário o auxílio de políticas sociais. Ratificando que é possível promover uma boa produção agrícola através de incentivos do governo.

Com base no que foi exposto pelos autores, pode-se observar que os pequenos agricultores possuem dificuldades em laborar em suas terras de forma autossustentável, porém, com incentivo do governo através de políticas públicas é possível que a agricultura familiar possa ocupar posição de destaque no fornecimento de produtos e seus habitantes venham a adquirir estabilidade financeira.

Ainda sobre as políticas públicas e agricultura familiar, Henig e Santos (2015) afirmam que a agricultura familiar foi ao longo dos anos esquecida pelos governantes para

alavancar a economia do país. Porém, a partir da década de 60 com o avanço tecnológico que aconteceu nos processos agrícolas a agricultura familiar foi objeto de incentivos e passou a alcançar destaque.

Devido ao fato das pessoas que compõem a agricultura familiar serem de baixa renda, as políticas sociais possuem papel fundamental na manutenção da vida dos agricultores familiares. Antônio (2001) destaca a importância que a Previdência Social tem para os agricultores, pois o trabalhador rural se aposenta antes que o trabalhador comum e esse benefício é de grande relevância.

Reafirmando a proposição de que a agricultura familiar enfrenta problemas sociais, Lindoso *et al* (2009) afirmam que além das adversidades sociais que os agricultores familiares encontram, existe ainda o fator climático que torna ainda mais desafiadora a atividade rural. Os autores salientam ainda a importância de incentivos como linhas de crédito para produção agrícola e pecuária.

A respeito da eficiência que as políticas públicas possuem no âmbito da agricultura familiar, Mendes (2017) explana em pesquisa realizada em uma comunidade rural na zona leste de Manaus, que se obtiveram avanços significativos com as políticas voltadas para o homem do campo. Contudo, o autor observa que apesar disso, muitos ainda encontram dificuldade em ter acesso devido ao fato de a divulgação ser falha fazendo com que a informação não chegue aos agricultores.

O mencionado autor observa ainda que para o pleno exercício da cidadania dos agricultores familiares, o ideal seria que todos tivessem acesso mais facilitado a informação a respeito das políticas públicas. Destaca ainda a necessidade dos agricultores se tornarem mais atuantes no desenvolvimento das políticas públicas e deixarem de ser meros expectadores para que as políticas possam se adaptar a diferentes contextos de diferentes comunidades rurais.

Para que haja mais facilidade de comunicação entre poder público e agricultores familiares são indispensáveis que os beneficiários de políticas públicas se agrupem em associações, visto que as comunidades rurais são extensas e as pessoas moram distantes umas das outras. Através das associações o poder público pode passar as informações para os gestores e os mesmos podem passar as informações para os associados.

Podem-se definir associações comunitárias como organizações jurídicas regidas por um estatuto e com presidente eleito pelos associados, à finalidade da associação é buscar serviços e benefícios comuns através de ações coletivas. No que se refere a necessidade de associativismo como mecanismo de facilitação da comunicação, Moreira (2014) declara que a

comunicação comunitária se destaca como recurso de comunicação alternativo das camadas populares. Salienta ainda que mesmo assim a comunicação enfrenta desafios e aponta que um modo de facilitar essa comunicação são os meios digitais.

Enfatizando a importância de os agricultores familiares se organizarem em associações, Sena *et al* (2017) destacam o papel que as mesmas possuem no alcance de objetivos para o crescimento da agricultura familiar ao analisar o caso da Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Nova Vida. Os autores destacam as políticas públicas do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), P1MC (Programa um Milhão de Cisternas) e o PRONAF alcançados através da associação. Pode-se observar com fundamento teórico a importância das políticas públicas para que haja crescimento da agricultura familiar, bem como, a incumbência das associações comunitárias rurais em buscar tais políticas para os seus participantes.

### **1.3 Desenvolvimento Sustentável Rural**

Ao se falar em políticas públicas voltadas para o contexto rural para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares através da geração de trabalho na produção agrícola e pecuária se faz necessário analisar a sustentabilidade de tais práticas, de modo que as gerações futuras também possam usufruir da terra. Para Pereira (2012), quase um bilhão de pessoas vão para a cama com fome todas as noites. Não porque não haja comida suficiente para todos, mas por causa da profunda injustiça em torno da produção e disponibilidade de alimentos.

O crescente controle corporativo sobre a produção de alimentos, a crise climática e o acesso desigual aos recursos naturais estão afetando a capacidade das pessoas de produzir e comprar alimentos. As consequências são particularmente dolorosas para as mulheres, que trabalham mais na agricultura do que em qualquer outro setor e produzem grande parte dos alimentos consumidos no mundo (PEREIRA, 2012).

Pode-se definir Desenvolvimento Sustentável (DS) como conjunto de ações e ideias com o intuito de garantir às gerações futuras os recursos que hoje se dispõe. Para que algo seja sustentável devem-se respeitar os fatores econômicos, ambientais e sociais, o desenvolvimento sustentável deve acontecer de forma que aproxime o sistema ambiental ao grau de sustentabilidade visando à perpetuação da vida (FÉIL & SCHREIBER, 2017).

Conforme Pereira (2012, p.103) o paradigma do Desenvolvimento Sustentável (DS) relata sobre a:

Coloca órgãos e entidades governamentais frente ao desafio de prestar contas à sociedade das ações com foco neste novo modelo. A tarefa de tais entes é de liderar pelo exemplo, à medida que demonstram progresso em seus objetivos em termos de desenvolvimento sustentável. Na prática essa tarefa assume duas dimensões: (i) o setor público deve estabelecer políticas de longo alcance que catalisem o desenvolvimento sustentável (ou seja, atuar como agente vetor do DS); (ii) ao mesmo tempo, ele deve prestar contas do desempenho das próprias operações em termos de sustentabilidade, incluindo desde a administração de recursos humanos e das instalações, até aquisição/fornecimento de bens e serviços (ou seja, atuar como agente promotor do DS).

Fortalecendo o conceito de Desenvolvimento Sustentável, Giesta (2012) afirma que o DS está relacionado ao estabelecimento de ações inovadoras dando enfoque a interdisciplinaridade e envolvimento de todas as camadas sociais, desde os governos, empresários, sociedade civil entre outros. Desse modo, o Desenvolvimento Rural Sustentável se configura como o ato de buscar o crescimento econômico e social na zona rural respeitando os princípios da sustentabilidade. Ao destacar a importância de que se ocorra um Desenvolvimento Rural de forma Sustentável, Assis (2005) enfatiza a necessidade da ação do governo através de políticas públicas para alcançar o caminho proposto pela sustentabilidade sem comprometer a capacidade de produção agrícola dos pequenos produtores.

O processo de Desenvolvimento Rural Sustentável enfrenta desafios, Pasqualotto et al. (2012) aponta como principais obstáculos os impactos causados pelo uso de agrotóxicos, a degradação ambiental e o consumismo. Para os autores, as alternativas para o desenvolvimento rural sustentável o incentivo para os agricultores familiares, e fortalecimento de novas formas de comercialização. Com relação ao processo de fortalecimento do Desenvolvimento Rural Sustentável, Scheuer (2021) enfatiza a necessidade da atuação do estado através de políticas públicas para inibir a insustentabilidade na zona rural. Para o autor, o governo deve atuar no fomento a produção agrícola e na pecuária.

Partindo do entendimento que o desenvolvimento se dá a partir da realização de potenciais econômicos, culturais e sociais em perfeita sintonia com os aspectos ambientais de uma determinada sociedade, Costabeber e Caporal (2003, p.03) defendem o desenvolvimento rural sustentável como um processo gradativo de mudança que “encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas socioeconômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental”. Contudo, independentemente da adoção de um conceito conciso sobre desenvolvimento rural sustentável, torna-se necessário o entendimento sobre as estratégias que possibilitem o alcance da sustentabilidade. Para isso, serão abordadas a seguir algumas alternativas para a real efetivação da sustentabilidade no meio rural (PASQUALOTTO; STASIAK; PASQUALOTTO, 2012, p. 3).

Com base na citação acima, pode-se dizer que a centenas de milhões de pessoas que gerenciam sistemas agrícolas e alimentares formam o maior grupo de gestores de recursos

naturais do planeta. As decisões tomadas todos os dias por esses atores, que cultivam terras, criam gado, pescam, administram florestas e administram o agronegócio são fundamentais para a segurança alimentar global e a saúde dos ecossistemas do planeta. Devendo está sob o domínio do campo a responsabilidade socioambiental diante do sistema do Desenvolvimento Rural Sustentável.

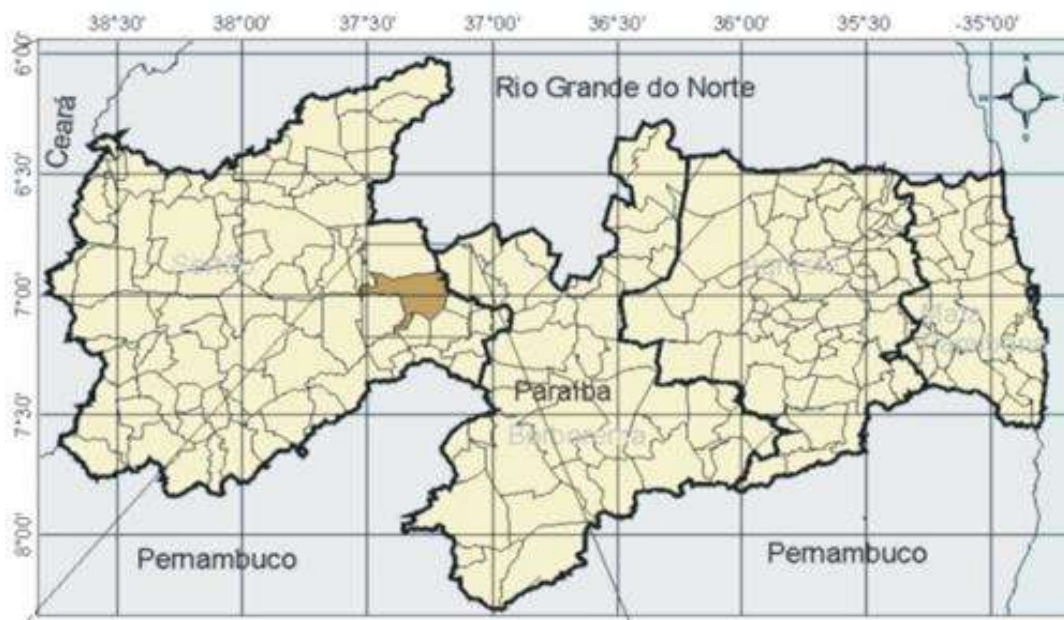
O Desenvolvimento Rural Sustentável é vital para a viabilidade econômica, social e ambiental das nações. É essencial para a erradicação da pobreza, uma vez que a pobreza global é predominantemente rural. A manifestação da pobreza vai além da divisão urbano-rural, tem contextos sub-regionais e regionais. Portanto, é fundamental, e há um grande valor a ser obtido, coordenando as iniciativas de desenvolvimento rural que contribuem para meios de subsistência sustentáveis por meio de esforços nos níveis global, regional, nacional e local, conforme apropriado. As estratégias para lidar com o desenvolvimento rural devem levar em consideração o afastamento e as potencialidades das áreas rurais e fornecer abordagens diferenciadas direcionadas (ONU/GOALS, 2019).

## 2. MATERIAL E MÉTODO

### 2.1 Caracterização da Área de Estudo

A área de estudo do presente trabalho localiza-se no Município de Patos. O referido município encontra-se entre os 223 municípios do Estado da Paraíba, na região central do estado. Situado na Região do Semiárido brasileiro. Situada na Mesorregião do Sertão Paraibano e na Microrregião de Patos, apresenta uma área de extensão territorial é de 512,791 Km<sup>2</sup>, além da integralização por meio de acesso rodoviário com os Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará (IBGE, 2020) – Figura 3.

Figura 3 – Localização do Município de Patos no Estado da Paraíba



Fonte: Cavalcante, 2008, p. 23.

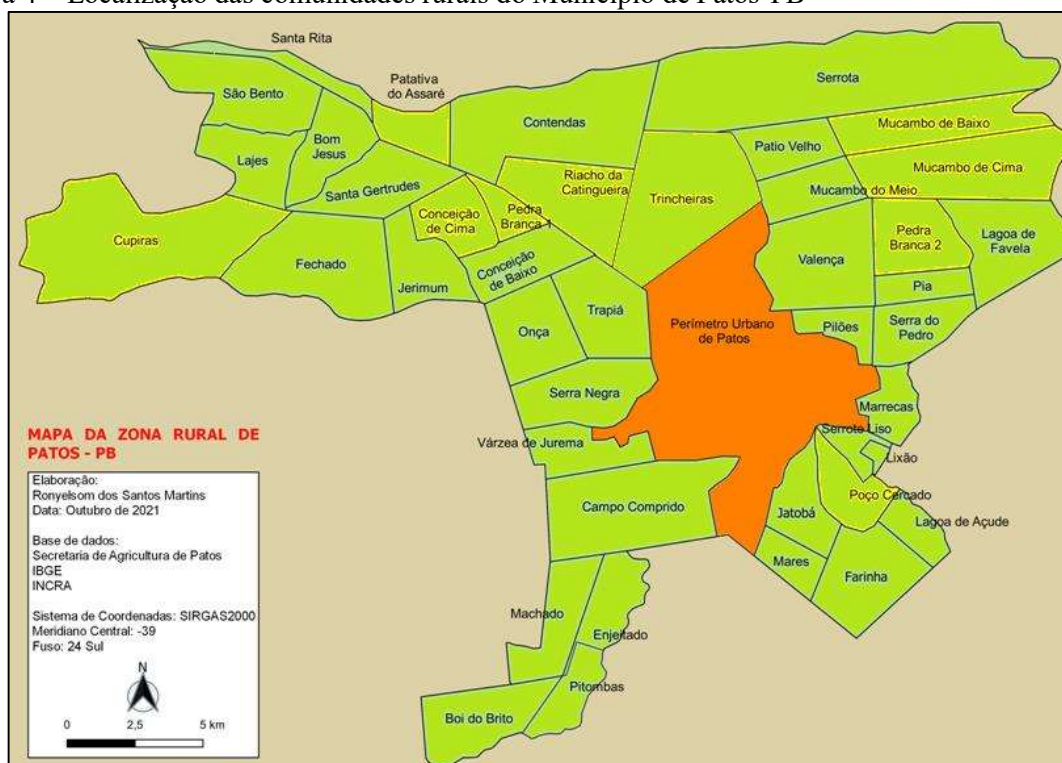
O Município é composto pela Região Intermediária e Imediata<sup>2</sup> de Patos, a qual passou a ser denominada a partir de 2017 como a Região Metropolitana de Patos. Faz limite ao Norte: São José de Espinharas e São Mamede, ao Sul: Santa Terezinha e Cacimba de Areia, a Leste: Quixaba e Cacimba de Areia e a Oeste: Santa Terezinha e Malta (IBGE, 2017).

<sup>2</sup> As regiões geográficas **Imediatas** são agrupamentos de municípios que têm como principal referência à rede urbana e possuem um centro urbano local como base, mediante a análise do IBGE. Para sua elaboração foram levadas em consideração a conexão de cidades próximas através de relações de dependência e deslocamento da população em busca de bens, prestação de serviços e trabalho. As regiões **Intermediárias**, por sua vez, são agrupamentos de regiões imediatas que são articuladas através da influência de uma metrópole, capital regional ou centro urbano representativo dentro do conjunto (IBGE, 2017).

Lucena (2015) relata que o Município de Patos possui uma localização que favoreceu seu rápido desenvolvimento, pois está situada na rota de transeuntes do território paraibano de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Essa localização fica no ponto mais estreito do Mapa do Estado da Paraíba diminuindo a distância de quem vai para os estados vizinhos. Por isso, é considerada a fivela do cinto entre o Estado do Rio Grande do Norte e do Pernambuco.

Patos conforme o IBGE (2020) possui uma área territorial de 512,791 Km<sup>2</sup> e uma área urbana de 5,12 Km<sup>2</sup>, sendo que 507,671 km<sup>2</sup> são de zona rural. A área rural do município está distribuída em 42 comunidades rurais, das quais, 40 são comunidades tradicionais e 2 são Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária: o Projeto de Assentamento Campo Comprido e o Projeto de Assentamento Patativa do Assaré, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Localização das comunidades rurais do Município de Patos-PB



Fonte: Martins, 2021 (Elaborado pelo próprio autor)

No Município de Patos o setor econômico predominante é o terciário (comércio e serviços). No setor primário, a maioria da agricultura é destinada à subsistência, as técnicas utilizadas pelos agricultores ainda são rudimentares por não utilizarem técnicas modernas de uso do solo e depender exclusivamente do clima. Na pecuária destaca-se a criação de gado bovino, destinado principalmente para o corte e a produção de leite, destaca-se ainda a criação de caprinos, ovinos, suínos e aves (OLIVEIRA, 2021, p.27-28).

A agricultura de Patos é de subsistência, a produção é em grande parte para o consumo de quem plantou e nos longos períodos de estiagem as famílias residentes na zona rural sobrevivem apenas com auxílios como o Bolsa Família e o Garantia Safra. Os órgãos públicos



que prestam maior assistência rural no Município de Patos são a Secretaria de Agricultura do Município de Patos, a EMPAER (Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária), a Defesa Agropecuária e o Banco do Nordeste do Brasil.

## 2.2 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos adotados para a elaboração desse trabalho teve como base o método quantitativo, que consiste em fornecer dados de informações numéricas sobre a opinião de público-alvo de uma organização, por amostragem. A técnica utilizada foi à descritiva indispensável para a pesquisa realizada, sobretudo, para a análise dos dados coletados, a fim de justificar as conclusões dos dados obtidos quantitativamente.

O trabalho foi composto com as seguintes partes: Introdução; (1) Fundamentação Teórica, que se encontra subdividido nos seguintes temas: (1.1) Gestão Pública e a Administração Rural; (1.2) Estratégias de Desenvolvimento Rural na Perspectiva das Políticas Públicas Agrárias; (1.3) Desenvolvimento Sustentável Rural. (2) Materiais e Métodos com a (2.1) Caracterização da Área de Estudo (2.2) Procedimentos Metodológicos. (3) Resultados e Discussão. Considerações Finais e as Referências.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica com base em autores que abordam o tema, e a segunda etapa consistiu em uma avaliação feita através de questionário semi estruturado aplicado de maneira remota entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022. A quantidade de entrevistados correspondeu a 25% do total de 42 gestores de associações comunitárias rurais. Foi realizado um levantamento e revisão de obras pertinente à temática e aplicação de questionário-entrevista com 10 presidentes de associações de comunidades do Município de Patos selecionadas.

Considerando o objetivo do trabalho, que se trata de proceder com uma avaliação dos órgãos públicos voltados para a zona rural sob a perspectiva dos gestores comunitários rurais, bem como, questionar a respeito de possíveis aspectos em que o poder público pode melhorar. A pesquisa foi realizada de maneira on-line através da plataforma *Google Forms* e a apresentação dos resultados quantitativos foi comparada com o exposto no referencial teórico, trazendo ao debate acadêmico a eficiência dos órgãos públicos de assistência na zona rural no Município de Patos.

Cada entrevistado deu uma avaliação de 1 a 10 aos órgãos que prestam assistência e ao fim foi gerada uma média para cada órgão em cada questionamento. Os dados foram expostos

em forma de texto corrido, gráficos e em quadros. As perguntas realizadas possuem o objetivo de avaliar os órgãos que prestam assistência técnica e social na zona rural.

A escolha do método quantitativo se deu ao fato de serem muitos pesquisados e também a limitação do tempo. Dos pesquisados, algumas associações não responderam ao questionário: Campo Comprido, Enjeitado, Boi do Brito, Marrecas, Santa Gertrudes, Fechado, Jatobá, Bom Jesus e Lagoa de Favela. As respostas obtidas se deram através de 10 líderes comunitários: Poço Cercado, Pedra Branca, Pedra Branca 2, Mocambo de Baixo, Cupiras, Trincheiras, Riacho da Catingueira, Patativa do Assaré, Mocambo de Cima e Conceição de Cima. Vale ressaltar que algumas comunidades não possuem associação própria e fazem parte da associação vizinha.

As avaliações realizadas pelos presidentes das associações foram inseridas no *Software Excel* e a cada questionamento foi gerado um quadro e um gráfico. Dos órgãos avaliados, o que obteve melhor desempenho foi a Secretaria Municipal de Agricultura que alcançou a melhor nota em todos os questionamentos. Por outro lado, o órgão pior avaliado pelos entrevistados foi a EMPAER, que recebeu a menor avaliação em todos os questionamentos. O Banco do Nordeste ficou em segundo lugar na avaliação dos líderes comunitários, e em terceiro, ficou a Defesa Agropecuária.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

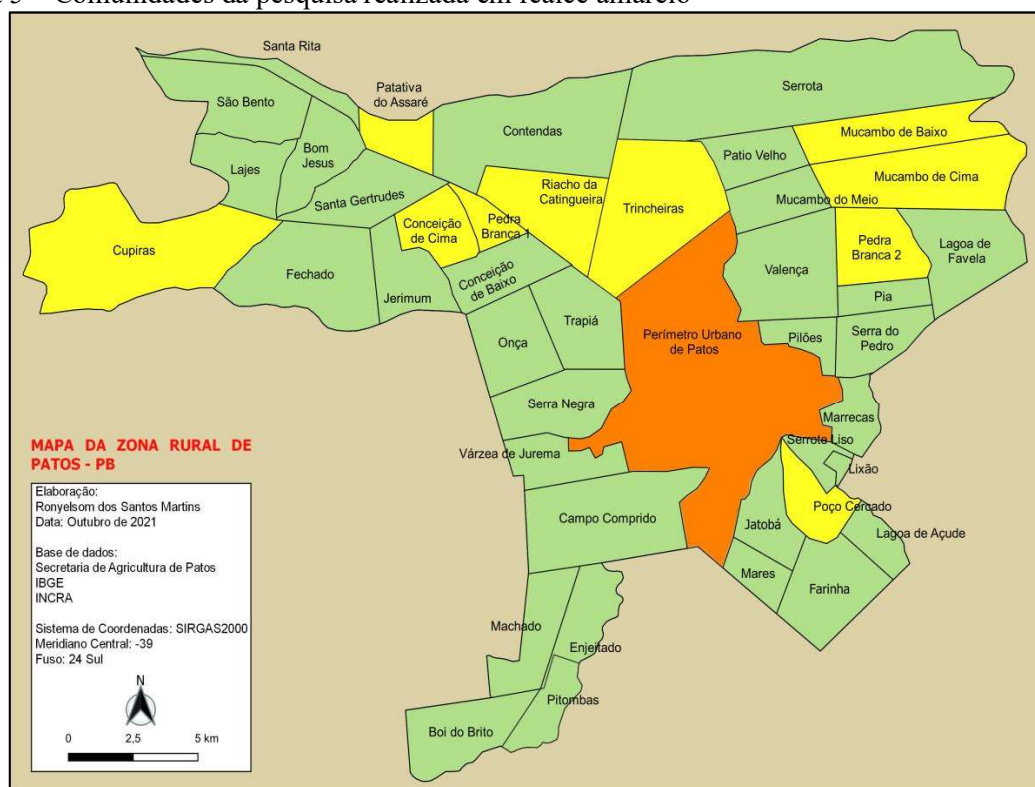
A zona rural do Município de Patos-PB encontra-se dividida em 42 comunidades, sendo que dessas, apenas 20 possuem associações próprias e as demais fazem parte das associações das comunidades vizinhas. As comunidades que não possuem associação própria até o momento da elaboração da presente pesquisa são as seguintes:

- Machado e Pitombas (que fazem parte do Enjeitado);
- Várzea de Jurema, Serra Negra, Trapiá, Onça e Jerimum (que se associam à Conceição de Baixo);
- Lajes, São Bento e Santa Rita (que fazem parte do Bom Jesus);
- Contendas (se associando ao Riacho da Catingueira);
- Serrota e Patio Velho (que fazem parte das Trincheiras);
- Mocambo do Meio, Valença e Pilões (que fazem parte do Mocambo de Cima);
- Pia (que faz parte da Pedra Branca II);
- Serra do Pedro (que faz parte da Lagoa de Favela); e
- Serrote Liso e Marrecas (que se associam ao Poço Cercado);
- Mares (que faz parte da associação do Jatobá). Vale destacar que as comunidades são ambientes abertos que sofrem interferência e influenciam o meio no qual estão inseridas, portanto, estão em constante mudança.

A divisão da zona rural em comunidades é uma questão sociocultural, por exemplo, a comunidade Mocambo possui esse nome por que na localidade havia muitos mocambos (casas precárias). As comunidades se organizam em associações comunitárias, a importância de tais associações se dá pelo fato de as mesmas possuírem o papel de organizar politicamente os agricultores e buscar melhorias junto aos órgãos competentes.

As respostas desta pesquisa foram obtidas através das comunidades que estão destacadas no mapa a seguir, sendo que os outros 10 presidentes de associação não responderam ao questionário. Nota-se que em todos os setores de norte a sul e leste a oeste se alcançou a opinião dos presidentes de associações (FIGURA 5).

Figura 5 – Comunidades da pesquisa realizada em realce amarelo



Fonte: Martins, 2021 (Elaborado pelo próprio autor)

A primeira etapa do questionário foi realizada com a intenção de conhecer melhor as comunidades e os presidentes das associações, foi questionada sobre o número de famílias residentes em cada comunidade, a naturalidade dos presidentes de associações, as condições de ocupação das terras dos mesmos, grau de instrução educacional e estado civil, número de pessoas residentes na comunidade e hectares de terra de cada presidente.

Com relação ao número de famílias residentes em cada comunidade foi possível notar que algumas possuem uma população bem maior que outras, sendo que a comunidade com o menor número de famílias é a Conceição de Cima com 12 famílias. As comunidades com o maior número são Mocambo de Cima, Mocambo de Baixo e Riacho da Catingueira com 100 famílias cada. Pode-se perceber que o número de famílias é condizente com a extensão territorial de cada comunidade

No tocante a idade dos presidentes verificou-se que 60% deles possuem a idade superior a 50 anos e apenas 20% têm menos de 40 anos, percebe-se com isso que a maior parte dos jovens não está inserida na gestão comunitária rural. A idade dos presidentes de associação demonstrou que os filhos de agricultores não têm mais interesse em permanecer na agricultura/pecuária, visto que uma única pessoa tem a idade inferior a trinta anos. Com isso, pode-se perceber que cada vez mais são necessários que se incentivem os pequenos produtores para que os mesmos permaneçam na zona rural (QUADRO 1).

Quadro 1 – Número de famílias por comunidades, presidentes e idade

Comunidade	Nº de Famílias	Nome dos Presidentes	Idade
1. Conceição de Cima	12	Francisco Simões da Silva	54 anos
2. Cupiras	20	Nivalci de Carvalho Medeiros	65 anos
3. Pedra Branca 1	20	Osvaldo Lopes Nicacio	46 anos
4. Pedra Branca 2	30	Sebastião dos Santos Lima	72 anos
5. Poço Cercado	54	Damião Teixeira Lima Sobrinho	56 anos
6. Mocambo de Cima	100	Manoel Messias dos Santos Cezar	41 anos
7. Mocambo de Baixo	100	Dayanne Kelly de Araújo Medeiros	22 anos
8. Riacho da Catingueira	100	Francisco Almeida de Medeiros	52 anos
9. Trincheiras	97	Francisca Jeane da Silva Venâncio	38 anos
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	60	Denivaldo ferreira do nascimento	33 anos

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

O êxodo rural é notório no Município de Patos, devido a grande migração do campo para a cidade. Segundo os entrevistados, essa demanda se dá em virtude da falta de incentivo por parte do governo, deixando-os a mercê os agricultores rurais como uma forma consolidada de se manter no campo. O fluxo de pessoas jovens para Patos aumenta de acordo com os acontecimentos políticos e econômicos, que o Brasil vem enfrentando – “cada crise uma leva de gente para a cidade. Nossos filhos não querem permanecer aqui, porque dizem, que aqui não há futuro” (Entrevistado X).

Esse é um dos fatores que alteram profundamente os motivos e processos do êxodo rural, além da própria seca e a grande perda de fertilidade dos solos. Embora mascarados por efeitos contrários tais como a regressão econômica e a estagnação no número de pequenos empregos no meio rural. Desorganização da fiscalização agrícola e a falta de incentivo por parte das organizações responsáveis pela produção agropecuária, também é um elemento favorável ao êxodo rural.

Com relação à naturalidade dos presidentes das associações e o tempo em que os mesmos residem nas comunidades, foi identificado que 60% deles são naturais do próprio município de Patos e 40% são naturais de outros municípios. Apenas 10% dos entrevistados estão na comunidade a menos de 20 anos, com isso, pode-se inferir que conhecem bem os desafios e as oportunidades das comunidades pelo tempo em que nelas habitam. Além disso, pelo fato de alguns terem migrado de municípios circunvizinhos, percebe-se que buscaram melhores condições de vida e trabalho em Patos e não conseguindo, se inseriram na zona rural (QUADRO 2).

Quadro 2 – Naturalidade dos presidentes e tempo que reside nas comunidades

Comunidade	Município de Origem	Percentual	Tempo de Residência
1. Conceição de Cima	Patos	60% dos presidentes das associações comunitárias rurais são do próprio município, ou seja, são de Patos	54 anos
2. Cupiras	Malta		40 anos
3. Pedra Branca 1	Patos	40% dos presidentes das associações comunitárias rurais são de outros municípios; sendo 3 do Estado da Paraíba e 1 do Pernambuco	7 anos
4. Pedra Branca 2	Pombal		30 anos
5. Poço Cercado	Itaporanga		20 anos
6. Mocambo de Cima	Patos		20 anos
7. Mocambo de Baixo	Patos		22 anos
8. Riacho da Catingueira	Patos		52 anos
9. Trincheiras	Patos		24 anos
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	Petrolina-PE		22 anos

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

A pouca produção da agropecuária nas cidades circunvizinhas da Região de Patos, levou ao surgimento de um questionamento a respeito da eficiência dos órgãos públicos que prestam assistência nas zonas rurais. A problemática da produção rural não é exclusividade de Patos, muitas cidades da região não possuem produção agrícola que satisfaça a demanda da população para sobreviverem do que produzem, fazendo-se necessários muitos agricultores migrarem para o Município de Patos.

Esses achando que como a Sede da cidade é mais desenvolvida economicamente, essa população de agricultores migrantes vem apostando no processo da Reforma Agrária, já que o Município de Patos conta com dois assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) – Assentamento Patativa do Assaré e o Campo Comprido. Durante várias décadas do século XX, Patos foi definido como um dos municípios paraibanos de grandes latifúndios, que posteriormente, levou a institucionalização dos assentamentos referenciados.

Com relação às condições de ocupação das terras de cada presidente de associação comunitária rural, 30% dos entrevistados moram em terras da família, 60% residem em terras próprias e 10% em terras da reforma agrária, é importante ressaltar que condições de uso se refere a moradia e também a terra em que realiza as atividades agrícolas e pecuárias.

Percebeu-se que as maiores partes daqueles que representam as comunidades rurais não necessitam fazer arrendamento de terras de terceiros para desempenhar atividades agrícolas. Aqueles que as propriedades pertencem à família são pessoas que as terras ficaram com os herdeiros, ou ainda, que possui na escritura o nome dos antigos donos, que podem ser pais ou avós (QUADRO 3).

Quadro 3 – Condições de ocupação das terras

Comunidade	Ocupação das Terras	%
1. Conceição de Cima	Da família	30% da família
2. Cupiras	Da família	
3. Pedra Branca 1	Da família	
4. Pedra Branca 2	Própria	60% própria
5. Poço Cercado	Própria	
6. Mocambo de Cima	Própria	
7. Mocambo de Baixo	Própria	
8. Riacho da Catingueira	Própria	
9. Trincheiras	Própria	
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	Assentamento de Reforma Agrária do MST	10% do MST

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Se entende que as condições de ocupação das terras em ambiente rural no Município de Patos ocorre de três formas: 1. propriedade própria; 2. Propriedade familiar; e 3. Assentamento de Reforma Agrária. A questão fundiária, ou seja, a relativa à ocupação da terra ou à sua propriedade, surgiu da mesma forma como em todo o território brasileiro. Isso se deve essencialmente à posse que a terra determina aos detentores do poder territorial em uma região e à origem dessas terras, como própria, de herdeiros e da reforma agrária. A ocupação das terras em Patos permitiu a realização das atividades econômicas em particular voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Por sua multifuncionalidade, as terras rurais do município são destinadas a diversas atividades familiares.

Seguindo com a pesquisa, foi indagado sobre o grau de instrução educacional e estado civil dos presidentes de associações comunitárias. Verificou-se que 50% deles não são casados e os outros 50% são. Quanto ao grau de escolaridade, 40% deles possuem ensino fundamental incompleto (EFI), 20% possuem ensino fundamental completo (EFC), 10% possuem o ensino médio incompleto (EMI), 10% possuem o ensino médio completo (EMC) e 20% deles possuem ensino superior completo (ESC). Os dados demonstram que a maior parte deles não possui nível superior completo, contudo, a pesquisa mostra que eles conhecem bem a realidade das comunidades, bem como os desafios que elas enfrentam (QUADRO 4).

Quadro 4 – Grau de instrução educacional e estado civil dos presidentes da comunidade

Comunidade	Grau de Instrução	%	Estado Civil	%
1. Conceição de Cima	Ens. Fund. Incompleto	EFI – 40%	Casado	50% dos presidentes das comunidades são casados
2. Cupiras	Ens. Médio Incompleto		Solteiro	
3. Pedra Branca 1	Ens. Fund. Completo	EFC – 20%	Solteiro	
4. Pedra Branca 2	Ens. Superior Completo		Casado	
5. Poço Cercado	Ens. Médio Completo	EMI – 10%	Solteiro	
6. Mocambo de Cima	Ens. Fund. Incompleto	EMC – 10%	Casado	50% dos presidentes das comunidades são solteiros
7. Mocambo de Baixo	Ens. Superior Completo		Solteiro	
8. Riacho da Catingueira	Ens. Fund. Completo	ESC – 20%	Casado	
9. Trincheiras	Ens. Fund. Incompleto		Solteiro	
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	Ens. Fund. Incompleto		Casado	

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Com base no grau de instrução educacional e estado civil dos presidentes das comunidades, nem um desses apresentou, ou seja, possui um curso superior. Isso demonstra que o nível educacional não foge a regra da população rural brasileira, com baixo nível intelectual. Mesmo esses representantes das comunidades rurais do Município de Patos não terem nenhum analfabeto. Pois, para assumir um cargo representativo, como uma presidência comunitária é necessário possui certo grau de educação, para que possa reconhecer (ter conhecimento) através da escrita todos os documentos que compõe uma associação ou cooperativa.

Também se observou que 50% desses são casados e 50% solteiros. A existência de um percentual elevado de presidentes solteiros, se deve ao fato de que esses moram com os pais e não possuem suas próprias terras, tendo que dividir as despesas com a família. No entanto, afirmam que para se casarem que ter quer uma renda para sustentar o seu próprio núcleo familiar. As atividades variadas nas terras rurais em que se vivem, que as atividades agrícolas gera uma renda, fica mais fácil em se pensar numa união estável. Portanto, predestina a ocupação dessas terras a antagonismos entre os atores envolvidos, ou seja, tem comunidades que a única renda que esses agricultores recebem vem dos Programas Assistenciais Rurais.

O número de pessoas que reside em cada comunidade e os hectares de terra de cada presidente de associação estão apresentados no Quadro 5. Percebeu-se que poucos dos presidentes possuem terras consideradas grandes, visto que apenas 20% deles possuem imóveis com mais de 100 hectares. Ao analisar os dados nota-se que à zona rural é pouco habitada em relação à zona urbana, isso se deve ao fato de serem grandes as dificuldades de quem depende do campo para tirar o sustento da família.



Quadro 5 – Número de pessoas residentes na comunidade e hectares de terra de cada presidente

Comunidade	Nº Pessoas Residentes	Hectares de Terra dos Presidentes
1. Conceição de Cima	42	12 ha
2. Cupiras	180	140 ha
3. Pedra Branca 1	180	11 ha
4. Pedra Branca 2	90	140 ha
5. Poço Cercado	187	4 ha
6. Mocambo de Cima	300	1 ha
7. Mocambo de Baixo	200	6 ha
8. Riacho da Catingueira	100	30 ha
9. Trincheiras	291	1 ha
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	240	23 ha

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

A segunda parte do questionário foi direcionada à avaliação feita pelos gestores comunitários aos órgãos públicos que prestam serviço à zona rural. A primeira indagação de questionamento aos entrevistados foi relacionada ao atendimento das organizações ligadas ao homem do campo. Observou-se que a Secretaria de Agricultura Municipal de Patos se sobressai com relação aos demais órgãos como Banco do Nordeste, EMPAER e Defesa Agropecuária, visto que a mesma possui apenas na avaliação do Presidente da Comunidade Cupiras, apresenta uma nota inferior a 8.

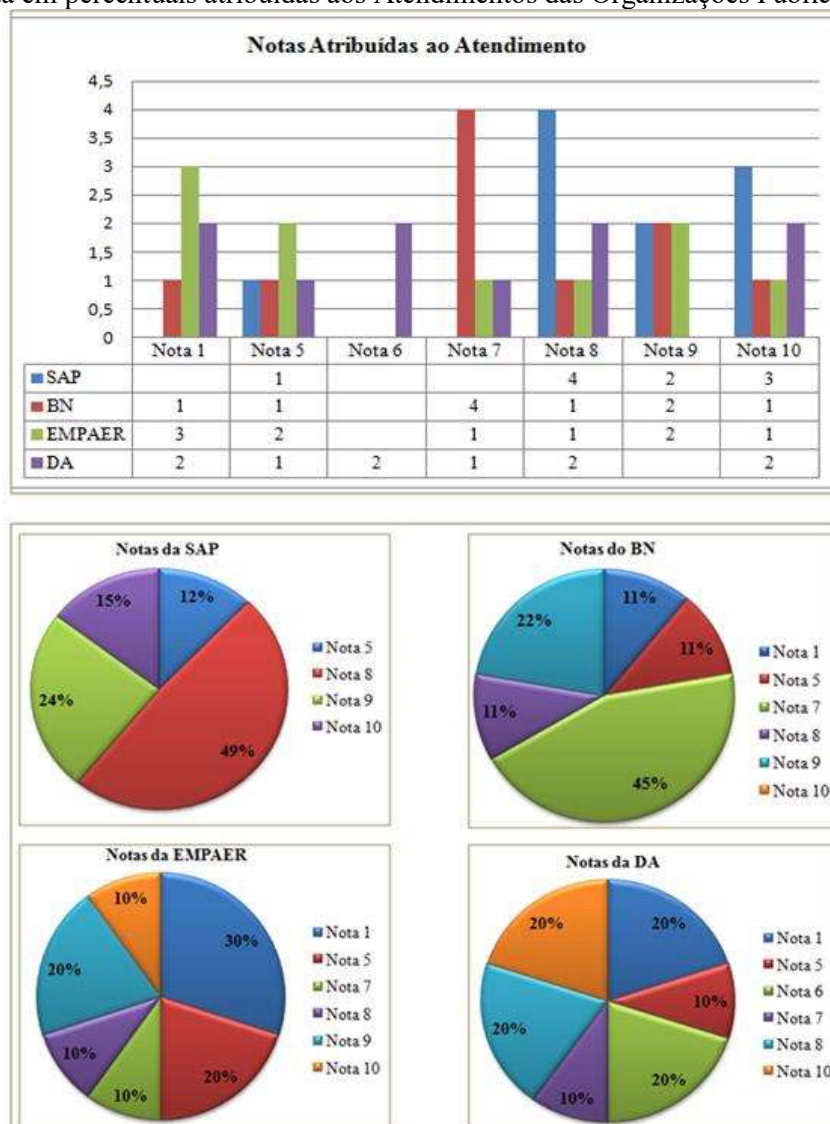
A EMPAER, de acordo com a maior parte dos entrevistados não possui um atendimento satisfatório, o Banco do Nordeste e a Defesa Agropecuária estão com avaliações mais positivas do que negativas. A importância de um bom atendimento por parte desses órgãos é de fundamental importância para os pequenos produtores, uma vez que, um atendimento eficaz proporciona ao agricultor suporte antes, durante e depois da prestação do serviço realizado, como pode ser visto no Quadro 6 e no Gráfico 1.

Quadro 6 – Notas atribuídas aos atendimentos da Secretaria de Agricultura de Patos (SAP), Banco do Nordeste (BN), EMPAER e Defesa Agropecuária (DA) nas comunidades

Comunidade	Notas Atribuídas ao Atendimento			
	SAP	BN	EMPAER	DA
1. Conceição de Cima	10	10	10	10
2. Cupiras	5	1	1	1
3. Pedra Branca 1	8	7	9	8
4. Pedra Branca 2	8	7	9	8
5. Poço Cercado	8	7	8	6
6. Mocambo de Cima	9	9	5	5
7. Mocambo de Baixo	8	8	5	7
8. Riacho da Catingueira	10	5	1	10
9. Trincheiras	10	7	1	1
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	9	9	7	6

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Gráfico 1 - Nota em percentuais atribuídas aos Atendimentos das Organizações Públicas



Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Vale ressaltar aqui a importância dos atendimentos das Secretarias da Agricultura de Patos, Banco do Nordeste, EMPAER e da Defesa Agropecuária algumas atuações na agropecuária correlacionadas a políticas públicas e/ou sociais, com a finalidade de abordar a agricultura familiar quanto à sua relevância no âmbito do desenvolvimento local.

A agricultura familiar passou a ser vista como um sistema de produção específico e particular, com grande capacidade de adaptação. Esse discurso, construído também pelo engajamento das universidades, generalizou-se através de pesquisadores, técnicos e lideranças apoiados pela mídia e instituições diversas, como as igrejas, por exemplo. O modelo familiar, bem estruturado, com políticas adequadas, é econômica e socialmente eficiente sensível às questões ambientais e, por isso, se afirma crescentemente como sustentável ou durável. As contestações à generalização desse modelo, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, representavam uma defesa do latifúndio e da oligarquia ou uma postura ideológica de defesa do comunitarismo empresarial (empresas coletivizadas). Estas críticas foram superadas pela sua eficácia econômica e social inquestionáveis, nos países onde o modelo possui expressividade (GEHLEN, 2004, p. 4).

Considerado a citação acima, observou-se que a o sistema agrícola do Município de Patos configura-se com a mesma estrutura de todo o Estado da Paraíba e do Nordeste Brasileiro, já que esse se encontra segmentado pela a agricultura familiar, muitas vezes consorciada com agricultura X pecuária. O primeiro questionamento feito aos líderes comunitários foi relacionado ao atendimento dos órgãos que prestam assistência técnica e social as comunidades rurais, nesse aspecto a Secretaria de Agricultura obteve a nota 8, o Banco do Nordeste 7, EMPAER 5 e a Defesa Agropecuária 6. Menciona-se que os Órgãos como Secretaria da Agricultura de Patos, Banco do Nordeste, EMPAER e da Defesa Agropecuária, defendem as seguintes premissas:

1. Secretaria da Agricultura de Patos - A Secretaria de Agricultura é uma área pertencente à gestão pública municipal, que tem por função estimular o desenvolvimento da atividade agrícola, em garantia do crescimento do produtor rural, a partir da implementação de projetos e a inserção da tecnologia como instrumentos estratégicos para melhoria da vida rural. Também é responsável pelo acompanhamento de atividades produtivas, a exemplo da agricultura familiar. Tem como Competência – Planejar e executar projetos de inovação a política de produção rural; Viabilizar o uso de tecnologias para o campo; Estabelecer a implementação de novas tecnologias de captação, para armazenamento e o uso correto da água; Organizar a execução de programas e/ou cursos técnicos, visando a capacitação do produtor rural; Garantir o acesso a água; Incentivar o desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados a agricultura, pecuária ou outro tipo de cultura, relacionado a área rural (SECRETARIA DE AGRICULTURA DE PATOS-PB, 2022, p.1).
2. Banco do Nordeste - O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) apoia o segmento econômico da agricultura familiar, sendo o Banco do Nordeste seu principal agente financeiro no Nordeste, com uma carteira ativa de R\$ 11,1 bilhões, correspondente a aproximadamente 1,92 milhões de operações em fevereiro de 2022. O atendimento ao segmento da agricultura familiar tem como base o compromisso para uso adequado dos recursos naturais, disseminação de tecnologias apropriadas e incentivas a sistema de produção de base ecológica, bem como apoio a projetos inclusivos e propulsores da equidade de gênero e da valorização de minorias, voltados para o apoio às atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas por pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros (BNB, 2022, p.1).

3. EMPAER - A Assistência Técnica consiste em gerar e levar conhecimento para o campo. Através de visitas, acompanhamentos, palestras e cursos diversos, o técnico contribui para a expansão do aprendizado do produtor com orientações sobre o plantio e a colheita de culturas, pecuária, piscicultura e demais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Ao prestar assistência técnica, apresenta novas tecnologias para aperfeiçoar os métodos de produção, o que contribui para aumentar a produtividade da propriedade rural e a renda do agricultor. A Extensão Rural visa promover o desenvolvimento social e econômico do meio rural através da geração de renda e da agregação de valor aos produtos e serviços agrícolas e não agrícolas. O objetivo da Extensão Rural é aumentar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais através do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, de atividades de desenvolvimento econômico e social, entre outras. A missão dos extensionistas é promover a inclusão, a igualdade e o desenvolvimento sustentável no campo (EMAPER-PB, 2022, p.1).
4. Defesa Agropecuária - Tem como competência formular e desenvolver políticas de abastecimento alimentar, para os Municípios, sempre pautadas no conceito da Segurança Alimentar. Atender aos proprietários rurais, orientando sobre políticas agrícolas. É reconhecida pela sociedade paraibana como instituição competente na formulação, implementação e coordenação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do agronegócio e do meio rural. Planejar, articular e promover as políticas de desenvolvimento rural no Estado, através da pesquisa, assistência técnica, extensão rural, defesa sanitária animal e vegetal, regularização fundiária, reforma agrária, organização das comunidades rurais, proteção alimentar, coordenação das cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.

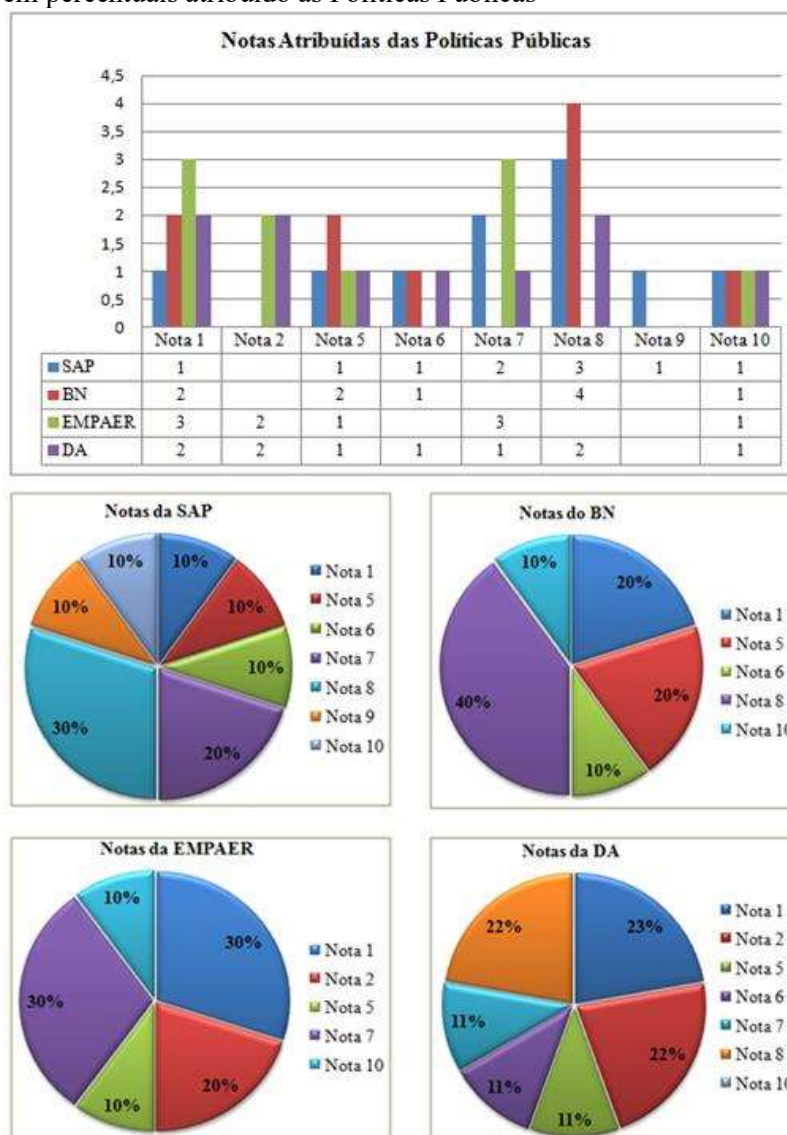
Seguindo com o questionário, foi perguntado sobre o alcance das políticas públicas nas comunidades, ou seja, se as políticas públicas dos órgãos em questão chegam com qualidade nas localidades em que os entrevistados atuam como gestores. Percebe-se que nesse quesito ocorreu a pior avaliação por parte dos entrevistados, sobretudo a EMPAER que obteve péssima avaliação. A importância desse quesito na assistência na zona rural é notória, pois é essencial que as políticas públicas saiam do local de origem e cheguem até aqueles que necessitam delas (QUADRO 7 e GRÁFICO 2).

Quadro 7 – Notas atribuídas ao alcance das Políticas Públicas

Comunidade	Notas Atribuídas as Políticas Públicas			
	SAP	BN	EMPAER	DA
1. Conceição de Cima	10	10	10	10
2. Cupiras	5	1	1	1
3. Pedra Branca 1	7	8	7	8
4. Pedra Branca 2	7	8	7	8
5. Poço Cercado	8	6	7	7
6. Mocambo de Cima	8	8	2	2
7. Mocambo de Baixo	6	8	5	5
8. Riacho da Catingueira	9	5	1	6
9. Trincheiras	1	1	1	1
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	8	5	2	2

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Gráfico 2 - Nota em percentuais atribuído as Políticas Públicas



Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Para que as políticas públicas elaboradas pelos órgãos avaliados possam chegar até aos que são alvo delas é necessário que haja boa comunicação entre os órgãos e os pequenos

agricultores. Como já foi mencionado no referencial teórico, muitas vezes a comunicação entre os órgãos de assistência rural e os agricultores é falha, pois muitos deles não possuem o hábito de acompanhar notícias e a distância das comunidades para os órgãos também dificulta o processo de comunicação. É necessário que os órgãos se façam próximos dos agricultores, realizem visitas, solicitem que as rádios anunciem a chegada de novos programas sociais com as datas em que se deve comparecer ao local, etc.

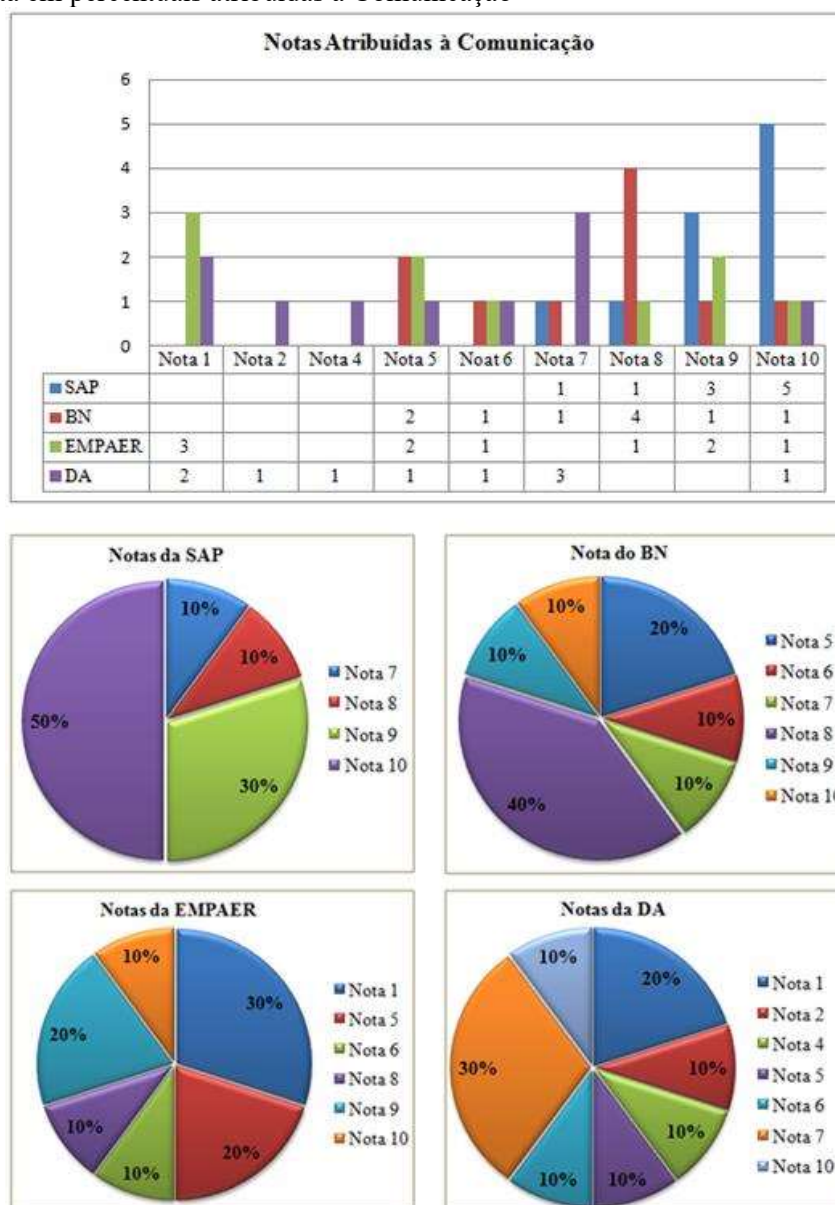
Esse questionamento buscou compreender a eficiência da comunicação. Ao analisar os dados observa-se que 50% dos entrevistados deram nota 10 à comunicação da Secretaria de Agricultura, 40% deles atribuíram nota 8 ao Banco do Nordeste, 30% deram nota 1 à EMPAER e 30% deram nota 7 à Defesa Agropecuária, conforme o Quadro 8 e Gráfico 3:

Quadro 8 – Notas atribuídas a Comunicação da Secretaria de Agricultura de Patos (SAP), Banco do Nordeste

Comunidade	Notas Atribuídas as Comunicações			
	SAP	BN	EMPAER	DA
1. Conceição de Cima	10	10	10	10
2. Cupiras	10	6	5	1
3. Pedra Branca 1	9	8	9	7
4. Pedra Branca 2	9	8	9	7
5. Poço Cercado	9	7	8	7
6. Mocambo de Cima	10	8	1	2
7. Mocambo de Baixo	7	8	5	6
8. Riacho da Catingueira	10	5	1	5
9. Trincheiras	8	5	1	1
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	10	9	6	4

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Gráfico 3 - Nota em percentuais atribuídas à Comunicação



Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Dando continuidade ao questionário, foi perguntado aos líderes comunitários qual a percepção deles a respeito da capacidade que as equipes que compõem os órgãos têm de resolver problemas. A necessidade de se conhecer esse aspecto do atendimento à população advém do fato de que no decorrer de qualquer atividade desempenhada por toda organização existe o risco de que as coisas não saiam conforme o planejado.

Diante das situações adversas ao trabalho é necessário que a equipe tenha desenvoltura para contornar com criatividade as dificuldades que surgem, visando a excelência no atendimento e a satisfação daqueles que buscam soluções por parte de equipes de trabalho.

Nesse sentido, ao analisar os dados, percebe-se que a comunidade que se sente menos favorecida é a Trincheiras, que deu nota 3 à Secretaria de Agricultura e ao Banco do Nordeste

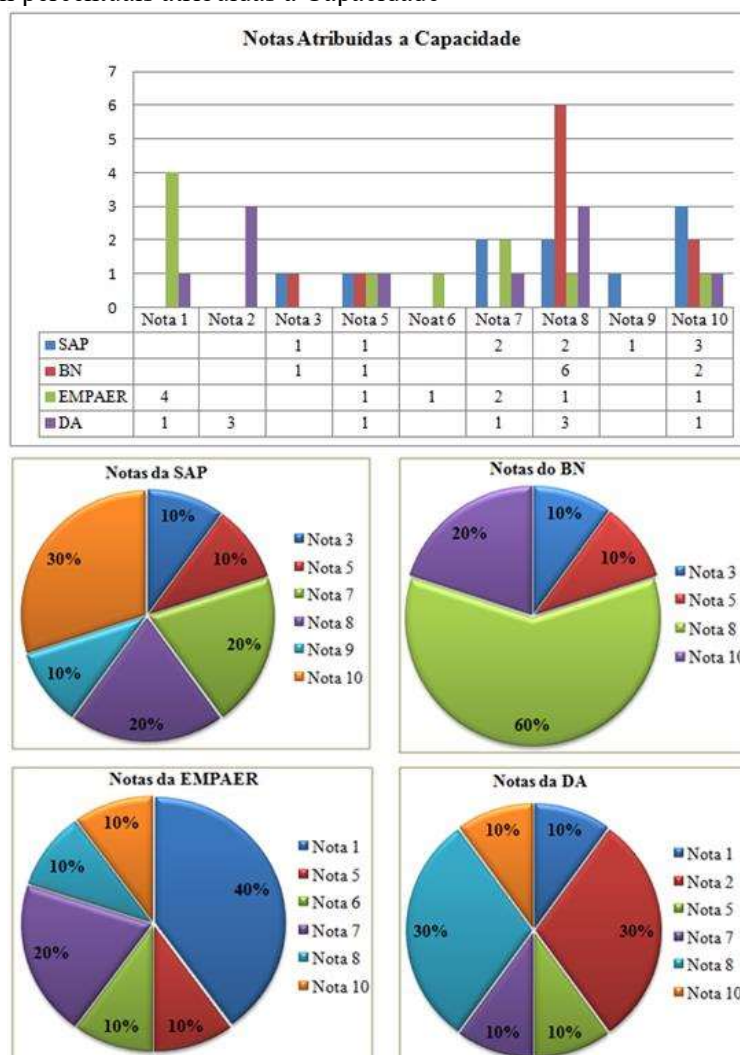
e nota 1 à EMPAER e à Defesa Agropecuária. Nota-se que 60% deram nota 8 ao BN, 30% deram nota 10 à SAP, 40% deram nota 1 à EMPAER e 30% deram nota 2 à DA. Os dados do Quadro 9 e Gráfico 4 demonstram com detalhes o resultado do questionamento:

Quadro 9 – Notas atribuídas a Capacidade em resolver problemas

Comunidade	Notas Atribuídas as Capacidades			
	SAP	BN	EMPAER	DA
1. Conceição de Cima	10	10	10	10
2. Cupiras	5	10	5	2
3. Pedra Branca 1	7	8	7	8
4. Pedra Branca 2	7	8	7	8
5. Poço Cercado	9	8	8	8
6. Mocambo de Cima	10	8	1	2
7. Mocambo de Baixo	8	8	6	7
8. Riacho da Catingueira	10	5	1	5
9. Trincheiras	3	3	1	1
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	8	8	1	2

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Gráfico 4 - Nota em percentuais atribuídas a Capacidade



Fonte: Pesquisa direta, 2022.



Dando sequência à entrevista foi realizado um questionamento a respeito da percepção que eles têm com relação ao amor ao trabalho, tratamento atencioso e humildade das equipes que compõem os órgãos de assistência na zona rural. Esse quesito é de fundamental importância para quem trabalha com pequenos produtores, pois os mesmos são pessoas simples e a forma como são recebidos nas repartições públicas é determinante para que eles tenham sempre o entusiasmo em procurar a assistência.

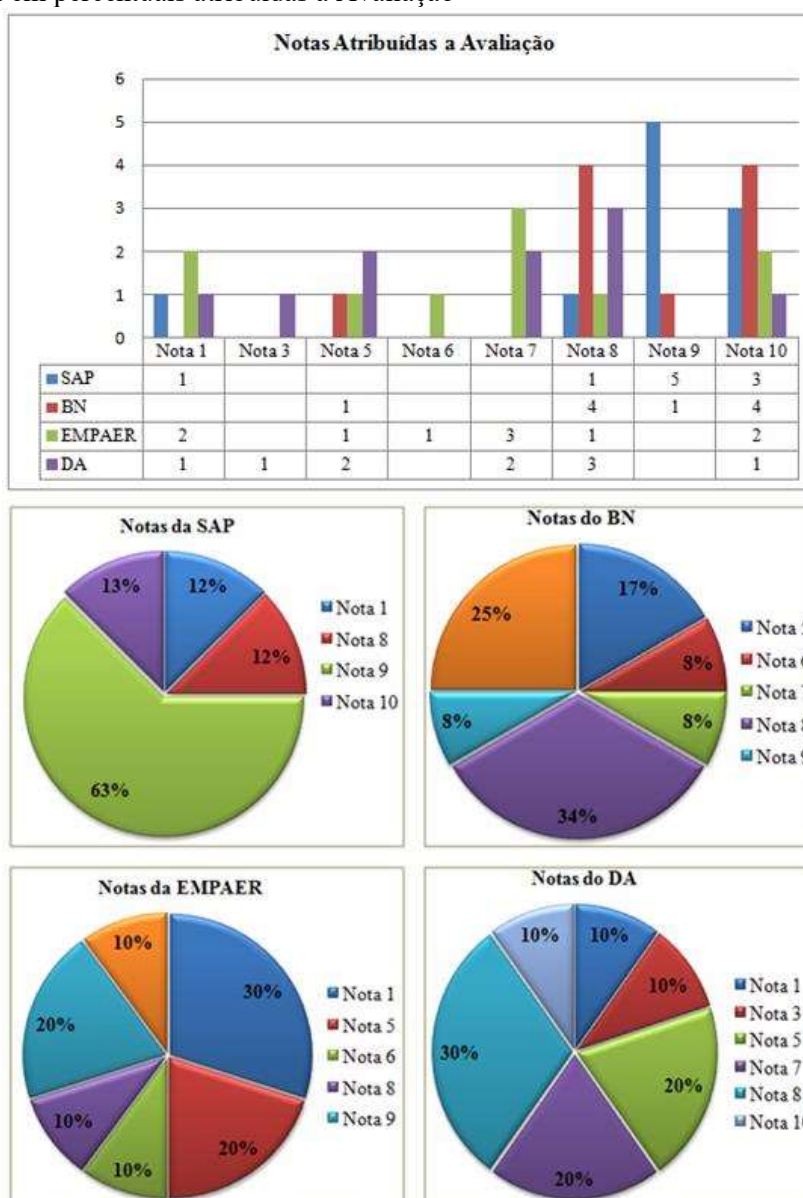
Ao analisar os dados, percebeu-se que na avaliação feita a SAP foi que apenas um entrevistado deu nota abaixo de 8, já a EMPAER, 40% deles acreditam que não possui uma boa recepção humana. O Banco do Nordeste e a Defesa agropecuária na opinião da maioria dos entrevistados possui um bom atendimento (QUADRO 10 e GRÁFICO 5).

Quadro 10 – Notas atribuídas a Avaliação do amor ao trabalho, tratamento atencioso e humildade

Comunidade	Notas Atribuídas as Avaliações			
	SAP	BN	EMPAER	DA
1. Conceição de Cima	10	10	10	10
2. Cupiras	8	10	10	8
3. Pedra Branca 1	9	8	7	8
4. Pedra Branca 2	9	8	7	8
5. Poço Cercado	9	8	8	7
6. Mocambo de Cima	10	10	5	5
7. Mocambo de Baixo	9	9	6	7
8. Riacho da Catingueira	10	5	1	5
9. Trincheiras	1	10	1	1
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	9	8	7	3

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Gráfico 5 - Nota em percentuais atribuídas a Avaliação



Fonte: Pesquisa direta, 2022.

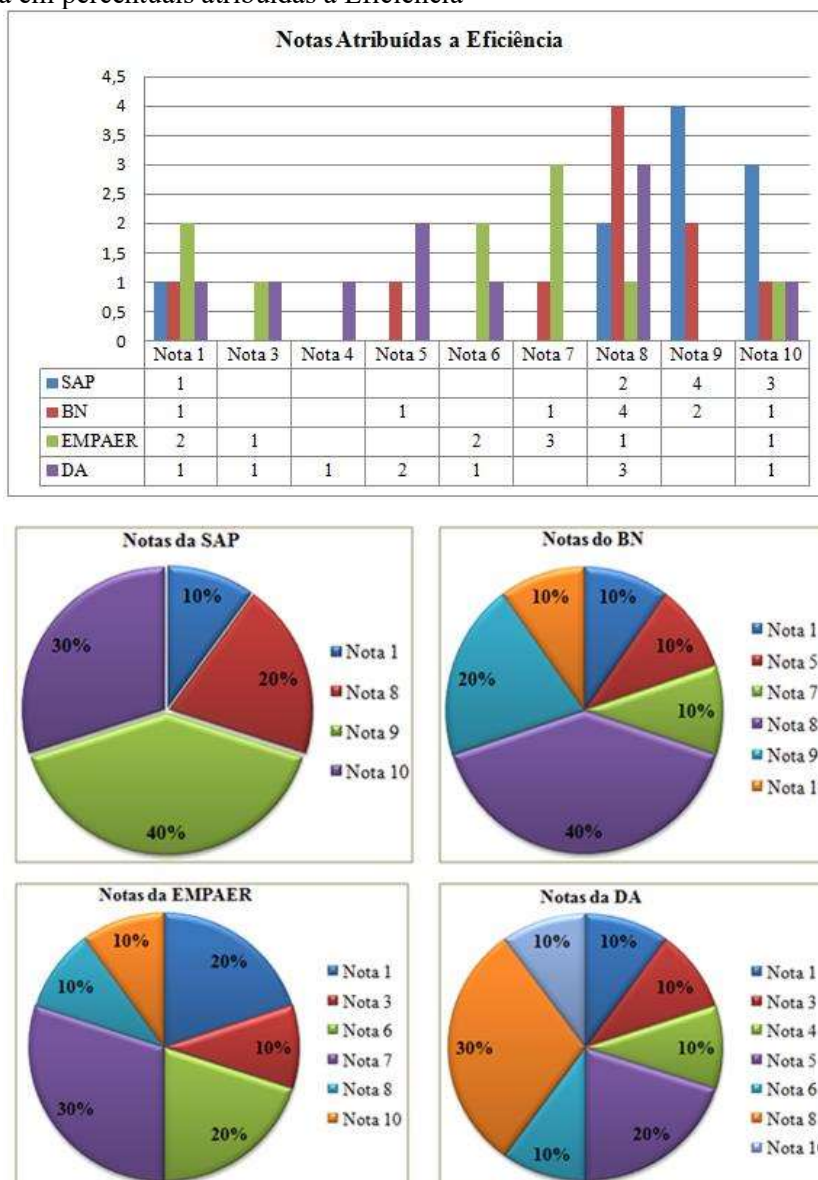
Foi questionado a respeito da eficiência das equipes que compõem os órgãos avaliados. A eficiência diz respeito ao conjunto de ações realizadas pelos órgãos e como se saem ao atuar nas comunidades. Nesse quesito, 70% dos entrevistados deram nota superior a 8 à SAP; 60% dos entrevistados deram nota superior a 8 ao BN; 50% deles deram nota superior a 6 à EMPAER e 20% deram nota 1; já a DA de acordo com 40% dos entrevistados possui uma equipe eficiente (QUADRO 11 e GRÁFICO 6).

Quadro 11 – Notas atribuídas a Eficiência

Comunidade	Notas Atribuídas as Eficiências			
	SAP	BN	EMPAER	DA
1. Conceição de Cima	10	10	10	10
2. Cupiras	8	8	7	5
3. Pedra Branca 1	9	8	7	8
4. Pedra Branca 2	9	8	7	8
5. Poço Cercado	9	7	8	8
6. Mocambo de Cima	10	9	3	3
7. Mocambo de Baixo	8	8	6	6
8. Riacho da Catingueira	10	5	1	5
9. Trincheiras	1	1	1	1
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	9	9	6	4

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Gráfico 6 - Nota em percentuais atribuídas a Eficiência



Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Por fim, foi questionada aos entrevistados qual a opinião deles em relação a possíveis melhorias que poderiam ocorrer nos órgãos de assistência aos pequenos agricultores. Nesse quesito as opiniões divergiram, o gestor da comunidade Conceição de Cima afirma que não tem nada a melhorar, para o gestor da comunidade Cupiras é necessário que se ouça mais a população.

Pedra Branca 1 e o 2 afirmam que poderia haver mais políticas públicas, Poço Cercado afirma que a pesquisa deve chegar até os agricultores; Mocambo de Cima enfatiza a importância do melhoramento genético do rebanho bovino e mais assistência por parte da EMPAER, Mocambo de Baixo fala a respeito de atender melhor os agricultores e conhecer melhor a realidade das comunidades, Riacho da Catingueira e Trincheiras não responderam e Patativa do Assaré afirmou que deveria haver mais produtos agrícolas e maquinários, bem como, contribuição financeira por parte do INCRA (QUADRO 12).

Quadro 12 – Opinião dos presidentes das comunidades rurais quanto aos Órgãos de Assistência Rural

Comunidade	Opiniões
1. Conceição de Cima	Não tem nada a melhorar (Atribuiu nota 10,0 em todos os quesitos)
2. Cupiras	Ouvir mais a população, pois muitas vezes os presidentes de associações se preocupam mais com ganhos pessoais que com benefícios comunitários.
3. Pedra Branca 1	Poderia haver mais políticas públicas diante dos Órgãos de Assistência Rural
4. Pedra Branca 2	Propõe um maior investimento em políticas públicas no âmbito da agricultura e da pecuária
5. Poço Cercado	Os trabalhos de pesquisa devem chegar até os agricultores para aprimorar os conhecimentos e diminuir as nossas dificuldades
6. Mocambo de Cima	Poderia ser realizado um melhoramento genético do rebanho bovino e mais assistência por parte da EMPAER
7. Mocambo de Baixo	Além de um melhor atendimento para receber os agricultores, além de deixá-los confortáveis, sem haver nenhum tipo de intimidação. O ideal é conhecer a realidade de cada comunidade, para que assim, se possa dar uma melhor assistência técnica e financeira.
8. Riacho da Catingueira	Não respondeu
9. Trincheiras	Políticas públicas (Não respondeu mais nada)
10. Assentamento Patativa do Assaré (MST)	Haver um aumento do efetivo de produtos agrícolas e maquinários, bem como, melhor a contribuição financeira por parte do INCRA.

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Os órgãos de assistência técnica e social rural são de grande importância para a melhoria dos processos de produção, beneficiamento e comercialização. Diante desses processos, segundo a Secretaria de Agricultura, Banco do Nordeste, EMPAER e a Defesa Agropecuária, também buscar avaliar as características associadas das comunidades rurais tais como: pobreza rural, educação rural, emprego rural, jovens rurais, mulheres rurais, etc. Tendo como metas todos esses órgãos suprir as necessidades das características associadas, buscando formas alternativas em melhorar as condições da agricultura, pecuária e de todo um processo cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática voltada para a Gestão Rural é de ampla discussão no meio acadêmico, esse conhecimento exposto em trabalhos universitários deve ser levado até aqueles que ajudam no levantamento de dados e exprimem suas opiniões a respeito das questões relativas à zona rural, no caso, os agricultores.

Conforme o que foi exposto no trabalho, as Políticas Públicas Rurais voltadas para a agricultura familiar são de fundamental importância para a manutenção da vida do homem do campo, os órgãos públicos que prestam assistência na zona rural possuem papel primordial no fomento ao trabalho dos pequenos produtores rurais. A pouca produção rural do município de Patos reflete o pouco incentivo do poder público.

Os serviços prestados à zona rural resultam em maior qualidade de vida para os agricultores e devem ser realizados da maneira mais eficiente possível, levando em consideração que o sertão paraibano possui adversidades que são inerentes a sua localidade, condições climáticas e fatores socioeconômicos. Ademais, foi possível notar que os entrevistados possuem pleno conhecimento do que se passa nas comunidades e nos órgãos em questão, visto que todos possuem muitos anos de experiência na lida rural e no trato direto com os órgãos de assistência.

Apesar de muitas avaliações feitas pelos gestores comunitários rurais serem positivas com relação aos órgãos que prestam assistência, é possível notar que em muitos aspectos é necessário que se desenvolvam trabalhos com mais empenho por parte do poder público para que a zona rural possa ser assistida com mais atenção, sobretudo para os órgãos que de acordo com os entrevistados possuem mais avaliações negativas que positivas.

No quesito em que se pediram opiniões sobre possíveis melhorias no atendimento dos órgãos aos agricultores percebeu-se que muitos possuem questões que se forem atendidas podem ocasionar melhores condições de trabalho para os agricultores, como por exemplo, mais assistência técnica e a proximidade das pesquisas e os agricultores.

É importante ressaltar que o presente trabalho alcançou o objetivo proposto, contudo, por ser um tema amplo pode ser mais desenvolvido em futuras pesquisas que alcancem mais municípios do sertão paraibano. Porém, para uma primeira percepção foi importante perceber que a zona rural possui pessoas engajadas com os trabalhos agrícolas e agropecuários e que buscam do poder público incentivos para que a zona rural possa ser cada vez mais fortalecida.

## REFERÊNCIAS

ANTONIO, D. R. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001. Disponível em: <[https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2\\_n3/revista\\_agroecologia\\_ano2\\_num3\\_parte12\\_artigo.pdf](https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf)>. Acesso em: 10/01/2022.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Tese de Doutorado**. Economia Aplicada – área de concentração em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: UEC, 2005.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/sejanossocliente>. Acesso em: 02/04/2022.

BHATIA, S. **Alfabetização e Educação de Adultos na Índia Independente**. Nova Delhi. Índia: Publicações Sonali, 2003.

BRUNA, J. **Administração Rural: 5 definições que talvez você tenha dúvida**. Porto Alegre-RS: Blog Aegro, 2018. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/conceito-de-administracao-rural/>. Acesso em: 15/12/2021.

CAVALCANTE, V. L. U. A Centralidade da Cidade de Patos-PB: um estudo a partir de arranjos espaciais. **Dissertação de Mestrado**. Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2008.

CFB. Constituição Federal Brasileira, 1988. **Artigo 37 da Constituição Federal de 1988: principais princípios da gestão pública – LIMPE**. Brasília-DF: CFB, 1988.

DA-PB. Defesa Agropecuária da Paraíba. **Agropecuária e Pesca**. Disponível: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-da-agropecuaria-e-pesca>. Acesso em: 03/04/2022.

DIAS, Marcelo Miná. **Políticas Públicas de Extensão Rural e Inovações Conceituais: Limites e Potencialidades**. Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte. Vol. 1, Nº 1, P. 101-114. Jan/Jun 2008.

EMPAER-PB. Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba. **Agricultura**. Disponível: <https://consepa.org.br/oepas/empaer-2/>. Acesso em: 03/04/2022.

FAO. Organização para a Alimentação e Agricultura. **Sobre a FAO em Portugal**. Portugal: FAO/ONU, 2019.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape.br**, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.

GEHLEN, I. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural**. São Paulo: Perspec, 2004.

GIESTA, L. C. Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social Corporativa e Educação Ambiental em Contexto de Inovação Organizacional: Conceitos Revisitados. **Revista de Administração**. UFSM, Santa Maria, v. 5, Edição Especial, p. 767-784, Dez. 2012.

ONU/GOALS. Organização das Nações Unidas. **Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://desenvolvimentosustentavel.onu.org/topicos/desenvolvimentorural>. Acesso: 12/01/2022.

GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **Revista São Paulo em Perspectiva**. 18(2): 95-103. São Paulo: USP, 2004.

GONÇALVES, A. O conceito de governança. In: **XIV Congresso Nacional do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**. 2005, Fortaleza. Disponível em: [www.unisantos.br/upload/menu3niveis\\_alcindo\\_goncalves\\_o\\_conceito\\_de\\_governanca.pdf](http://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_alcindo_goncalves_o_conceito_de_governanca.pdf). Acesso em: 4 jan. 2022.

HENIG, E. SANTOS, I. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Volume 6, nº 1.

HOFFMANN, R. et al. **Administração da Empresa Agrícola**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

IBGE. **Cidades. População e rendimento**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/patos/panorama>. Acesso em: 08 Out. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades - Paraíba-Patos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região Imediata e Intermediária 2017**. IBGE: Rio de Janeiro, 2017.

LINDOSO, D. et al. Vulnerabilidade Socioeconômica da Agricultura Familiar Brasileira às Mudanças Climáticas: O Desafio da Avaliação de Realidades Complexas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. 04, jul. 2019, p. (21 – 31). Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5571/1/BRU\\_n4\\_vulnerabilidade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5571/1/BRU_n4_vulnerabilidade.pdf). Acesso em: 11/01/2022.

LUCENA, D. **Patos de Todos os Tempos**. A capital do Sertão da Paraíba. João Pessoa: Editora a União, 2015.

MARTINS, D.; RAMOS, A. Conceitos de Governo Eletrônico e Governança Eletrônica: Confrontação e Complementaridade. **Anais**. III Encontro de Administração Pública e Governança. Salvador, 2008.

MATTEI, L. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. **Rev. Econ. NE**. V. 45, p. 71-79. Fortaleza-CE, 2014.

MENDES, Adonai de Moura. **Acesso às Políticas Públicas no Meio Rural: Um Estudo a Partir dos Agricultores Familiares do Ramal do Brasileirinho, Manaus – AM**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 9. Ano 02, Vol. 01. pp 5-29, Dezembro de 2017. ISSN:2448-0959.

MOREIRA, J. C. **A comunicação comunitária e as instituições sem fins lucrativos: O caso da Sociedade Beneficente Mão Amiga**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 10. 2014.

OLIVEIRA, L. R. A. Os Microempreendedores Individuais (MEIs) Meio à Pandemia da Covid-19 no Interstício de 2020 a 2021 na Cidade de Patos-PB. **Monografia de Graduação**. Curso de Bacharelado em Administração do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba. Campus VIII. Patos-PB: UEPB, 2021.

PASQUALOTTO, N. STASIAK, A. P. PASQUALOTTO, D. Desenvolvimento Rural Sustentável: Possibilidade Real ou Utópica? *In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos**. Uberlândia, 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1317\\_2.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1317_2.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

PEREIRA, R. R. Desenvolvimento sustentável: paradigmas, conceitos, dimensões e estratégias. **Revista do Tribunal de Contas da União**. Distrito Federal, 2012.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Rev. Adm. Pública** **54 (4)** • Jul-Aug 2020.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DE PATOS. **Agricultura**. Disponível: <https://patos.pb.gov.br/secretarias/agricultura>. Acesso em: 02/04/2022.

SCHEUER, M, J. Políticas de desenvolvimento rural sustentável à agricultura familiar uruguaia diante da Covid-19. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 3, n. 01, p. 68–86, 2021. DOI: 10.46551/rvg26752395202116886. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/3644>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Educação. **Planejamento e Gestão Rural**. Ceará: Fortaleza: SEEC, s/d.

SENA, T. M.; et al. Associação de Produtores Rurais, Uma Forma de Organização e Desenvolvimento Local. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. 2017. ISSN 2359-5566.

SILVA, C.; CRISÓSTOMO, V. Desempenho da Educação e Desenvolvimento Socioeconômico no Ceará. **Pensamento Contemporâneo em Administração**. V. 13, n. 4. Dez. Rio de Janeiro, 2019.





Universidade Estadual da Paraíba  
 Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas  
 Curso de Bacharelado em Administração  
 Campus VII – Patos – Paraíba

## QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSOCIADOS OU COOPERADOS DAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PATOS - PARAÍBA

### I – INFORMAÇÕES GERAIS

Nº do Questionário: \_\_\_\_\_  
 Nome da Comunidade ou Assentamento: \_\_\_\_\_  
 Município: \_\_\_\_\_  
 Área total da área: \_\_\_\_\_ ha  
 Nº de Famílias que moram na comunidade ou assentamento rural: \_\_\_\_\_  
 Você é presidente de qual associação comunitária rural?

### II – INFORMAÇÕES DO PERFIL DO(A) ENTREVISTADO(A)

- 1) Nome: \_\_\_\_\_
- 2) Sexo:  Masculino  Feminino
- 3) Idade: \_\_\_\_\_
- 4) Naturalidade: \_\_\_\_\_
- 5) Tempo que reside na comunidade ou assentamento rural: \_\_\_\_\_
- 6) A terra onde você mora é:
  - próprio;  arrendado;  da família;  emprestado;  Outro \_\_\_\_\_
- 7) Grau de instrução do entrevistado:
  - analfabeto;  ensino fundamental incompleto;  ensino fundamental completo;  ensino médio incompleto;  ensino médio completo;  ensino superior incompleto;  ensino superior completo
- 8) É casado (a)?  sim  não
- 9) Quantas pessoas residem na sua propriedade: \_\_\_\_\_
- 10) Função do entrevistado no assentamento ou comunidade:
  - apenas assentado;  líder comunitário;  presidente da associação;  outro \_\_\_\_\_
- 11) Quantos hectares de terra você possui na sua propriedade? \_\_\_\_\_

### III - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DAS ÁREAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PATOS - PARAÍBA

1. Como você avalia o atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Patos?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
2. Como você avalia o atendimento e a atuação do Banco do Nordeste diante das comunidades rurais?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
3. Como você avalia o atendimento da EMPAER?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
4. Como você avalia o atendimento da Defesa Agropecuária?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
5. Como você avalia alcance das políticas públicas da Secretaria de Agricultura na sua comunidade?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
6. Como você avalia alcance das políticas públicas do Banco do Nordeste na sua comunidade?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
7. Como você avalia alcance das políticas públicas da EMPAER na sua comunidade?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
8. Como você avalia alcance das políticas públicas da Defesa Agropecuária na sua comunidade?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
9. Como você avalia a comunicação entre a Secretaria de Agricultura e os agricultores da sua comunidade?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
10. Como você avalia a comunicação entre o Banco do Nordeste e os agricultores da sua comunidade?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
11. Como você avalia a comunicação entre o Banco do Nordeste e os agricultores da sua comunidade?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
12. Como você avalia a comunicação entre a EMPAER e os agricultores da sua comunidade?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
13. Como você avalia a comunicação entre a Defesa Agropecuária e os agricultores da sua comunidade?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
14. Como você avalia a capacidade em resolver problemas da equipe da Secretaria de Agricultura?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
15. Como você avalia a capacidade em resolver problemas da equipe do Banco do Nordeste?

- 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
16. Como você avalia a capacidade em resolver problemas da equipe da EMPAER?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
17. Como você avalia a capacidade em resolver problemas da equipe da Defesa Agropecuária?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
18. Como você avalia o amor ao trabalho, tratamento atencioso e humildade da equipe da Secretaria de Agricultura?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
19. Como você avalia o amor ao trabalho, tratamento atencioso e humildade da equipe do Banco do Nordeste?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
20. Como como você avalia o amor ao trabalho, tratamento atencioso e humildade da equipe da EMPAER?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
21. Como você avalia o amor ao trabalho, tratamento atencioso e humildade da equipe da Defesa Agropecuária?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
22. Como você avalia a eficiência da equipe da Secretaria de Agricultura?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
23. Como você avalia a eficiência da equipe do Banco do Nordeste?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
24. Como você avalia a eficiência da equipe da EMPAER?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
25. Como você avalia a eficiência da equipe da Defesa Agropecuária?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10
26. Em que você acha que os órgãos de assistência a zona rural podem melhorar no município de Patos?  
 1 -  2 -  3 -  4 -  5 -  6 -  7 -  8 -  9 -  10